

# E bem serviram sem cuidar recompensa...

O DIA DA

## RESERVA NAVAL

8 de Outubro de 2011

A AORN, Associação dos Oficiais da Reserva Naval, vai promover, pelo terceiro ano consecutivo, o DIA DA RESERVA NAVAL.

Nos anos anteriores, o evento teve lugar na Escola Naval (2009), e Museu de Marinha e Farol da Guia (2010), com grande sucesso.

Este ano as comemorações terão lugar na Base Naval de Lisboa (BNL).

Vamos homenagear os nossos melhores e dialogar com a Marinha sobre o actualíssimo tema da estratégia de aquisição dos novos meios navais, que terá lugar nas instalações do Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN) e Esquadilha de Submarinos (DRISUB).

O almoço convívio terá lugar na Messe de Sargentos da BNL, seguindo-se a visita a uma das novas unidades navais adquiridas pela Marinha.



## PROGRAMA

09:30 - 10:00	Concentração na Doca da Marinha
10:00	Embarque e largada da vedeta para a BNL
10:30	Chegada à BNL e deslocação para o CITAN
11:00	Sessão Solene: Boas vindas e atribuição do “PIN de Ouro”
11:15	<i>Briefing</i> de Marinha pelo Estado-Maior da Armada (EMA)
12.15	<i>Briefing</i> e visita à Esquadilha de Submarinos (DRISUB)
13:30 - 15:00	Almoço convívio
15:30	Visita ao NRP “Viana do Castelo”
17.00	Fim das comemorações. Embarque na vedeta para a Doca da Marinha



# Índice



ASSOCIAÇÃO DOS  
OFICIAIS DA  
RESERVA NAVAL

Publicação Periódica da Associação  
dos Oficiais da Reserva Naval  
N.º 19 • Ano XVI • Outubro de 2011

**Administração e Redacção**  
Fábrica Nacional da Cordoaria  
Rua da Junqueira • 1300-342 Lisboa  
Telefs.: 21 362 68 40 / 21 362 68 39 (Fax)  
e-mail: aorn95@reservanaval.pt  
www.reservanaval.pt

**Director**  
Joaquim Moreira

**Sub-Director**  
José Ruivo

**Comissão de Redacção**  
Serafim Lobato, Armando Ferrão,  
André Cunha e Tânia Alexandre

**Design e paginação electrónica**  
Manuel Lema Santos  
mlema@mlemasantos.com

**Impressão e acabamento**  
Gazela - Artes Gráficas, Lda.  
www.gazela.pt

**Tiragem**  
1.000 exemplares



Editorial	5
As Marinhas de Guerra e a Globalização	6
O 15.º CFORN	9
Os Novos Meios da Marinha – <i>Estratégia de Renovação</i>	14
Notícias – <i>Audiências com o CEMA</i>	18
Notas do Director	18
Notícias dos Núcleos	
<i>Núcleo dos Açores • Núcleo de Trás-os-Montes</i>	19
<i>Polo Norte • Núcleo da Madeira</i>	20
<i>Granel das Beiras • Polo Sul • Núcleo de Setúbal • Grupo do CMN</i>	21
Eventos da Marinha	
<i>Dia da Marinha • “Escola de Fuzileiros Comemora 50 Anos” e     “O Dia do Fuzileiro”</i>	22
António Rodrigues Maximiano (1946-2008)	
<i>Notas Soltas sobre um Homem Excepcional, Cidadão do Mundo</i>	23
<i>António Rodrigues Maximiano e a AORN</i>	25
CTT – <i>A Filatelia e o Mar</i>	26
Ernâni Lopes (1942-2010)	
<i>«A melhor forma de o “manter vivo” entre nós é procurar consolidar     a AORN, instituição a que ele se dedicou sempre de alma e coração»</i>	28
<i>Quando o interesse nacional estava em jogo, não havia compromisso</i>	29
<i>Um Amigo Estadista</i>	31
<i>A Família: um imenso mar interior</i>	32
<i>Ernâni Lopes e o Mar</i>	33
<i>Uma espécie de testamento político e não só</i>	35
<i>Um príncipe de Portugal</i>	37
Escola Naval – <i>Homenagem ao Professor Doutor Ernâni Lopes</i>	38
Casimiro Barreto (1958-2006) – <i>Em memória e homenagem pela AORN</i>	39
Dia da Reserva Naval – <i>9 de Outubro de 2010</i>	40
Terá a Guerra Fria morrido em Lisboa?	43
Assembleia Geral da AORN – <i>7 de Maio de 2011</i>	44
Dia da AORN – <i>16.º Aniversário</i>	47
“In Memoriam...” <i>Dr. Paulo Henriques Lowndes Marques</i>	50
A Reserva Naval em Macau, 1968/1970	51
“In Memoriam...” <i>Maria Teresa Marques</i>	51

# PROCOLOS

De acordo com as duas grandes linhas de orientação que nos impusemos, e que recordamos:

*Uma AORN de projecção externa*, visando, em última análise, obter o Estatuto de Utilidade Pública, prestando ou tentando prestar um Serviço a Portugal e à Marinha.

*Uma AORN de projecção interna*, voltada para os sócios e seus familiares, aproveitando todos os recursos internos disponíveis e fazendo protocolos com entidades externas.

Tentamos aproveitar a “capacidade instalada”, para se colmatarem necessidades internas, através da realização de protocolos com instituições que, de algum modo, possam dar resposta a essas necessidades. Para conhecimento dos sócios, transcrevemos alguns excertos, sobre o assunto, retirados do Relatório Anual de 2009:

## Sede “Social” da Reserva Naval

Onze anos após a primeira assinatura do protocolo com a Marinha e completados quatro anos desde que nova redacção foi acordada com o Estado Maior da Armada, estamos em negociações com a Direcção do CMN (Clube Militar Naval) para fazermos um protocolo, com o propósito de podermos usufruir deste espaço, como “Sede Social”, para colmatar a falta de espaço social de convívio na actual e na futura “Sede Administrativa”.

## Protocolo com o IASFA

Por considerarmos que faz todo o sentido aproveitarmos condições disponíveis noutras instituições, como é o caso do IASFA (Instituto de Acção Social das Forças Armadas), que podem ser úteis para os sócios da AORN, assinámos um protocolo com esta entidade, no passado dia 5 de Novembro de 2009.

## Protocolo com a Universidade Lusófona

Assinámos, no passado dia 15 de Julho, um protocolo com COFAC, cooperativa detentora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do ISES (Instituto Superior de Estudos de Segurança), dirigido pelo nosso camarada Joaquim de Carvalho. De acordo com a cláusula 1ª do protocolo que se transcreve:

*“As duas instituições promoverão a realização conjunta de conferências e de estudos sobre a segurança, nomeadamente sobre os desafios e as ameaças que, em virtude da globalização, se colocam, actualmente, à sociedade em geral e ao estado português em particular”.*

## Protocolo com a Universidade Lusíada

Continuamos a estabelecer contactos com a Universidade Lusíada, visando fazer o ponto da situação do protocolo, assinado em 20 de Março de 2003, e avaliar da possibilidade de lhe dar substância.

## Protocolos Diversos:

Para nos obrigarmos a acompanhar os protocolos assinados com as diferentes Entidades, a seguir se transcrevem os protocolos em vigência, com os respectivos nomes e as datas de assinatura:

**Protocolo com a Revista de Marinha – 1 de Fevereiro 2009**

**Protocolo com a Nautique – 6 de Maio de 2010**

**Protocolo com a Mutuamar Formação – 17 de Maio de 2010**

**Protocolo com a Messe de Cascais – 1 de Julho 2010**

**Protocolo com o Clube Militar Naval – (em data a publicar)**

*(Alguns dados de informação sobre estes protocolos estão no Site da AORN. Cópias dos protocolos em \*.pdf podem ser pedidos no secretariado.)*



Joaquim Oliveira Moreira  
Presidente da Direcção

Um ano depois, com a divulgação deste n.º 19 da Revista da AORN, cumprimos o compromisso de publicar pelo menos um número anual. Fizemo-lo com os meios disponíveis, apesar de haver conteúdos e vontade para fazer mais e melhor. Temos que estar agradecidos a toda a equipa de amadores (aqueles que amam), que a fazem e aos patrocinadores que a apoiam.

Mais importante que criticar é fazer. Como dizia o saudoso Casimiro Barreto, *"Somos excelentes a fazer diagnósticos, só falta fazer"*. Esta nossa revista só foi possível, porque esse é o espírito que nos anima e porque sabemos as horas que lhe dedicamos, temos a consciência do dever cumprido e a satisfação de quem faz e tem a preocupação de fazer bem.

Este número assinala de forma involuntária, uma nova fase da vida da nossa Associação a que nos vamos ter que habituar, por mais que nos custe. Ainda não tínhamos assimilado a perda do MAX e já vamos ter que dar continuidade a um projecto sem o ERNÂNI, que lhe dedicou boa parte do seu precioso tempo e lhe emprestou

um prestígio e uma qualidade, que não é de modo nenhum fácil de atingir, mesmo dando o melhor de cada um de nós.

É a sua memória que agora nos obriga a continuar e a fazer bem, para merecermos ser dignos do seu passado e do contributo que deram e assim podermos "substituir" ou, pelo menos, continuar a fazer aquilo que eles não tiveram tempo de fazer. Como tive oportunidade de dizer no dia 14 de Julho – Dia da AORN, *"Quando homens desta estirpe nos deixam, sobra muito mais trabalho para os que ficam"*. Saibamos continuar o seu trabalho.

Não quisemos, por isso, deixar de aproveitar este número da revista para lembrarmos estes dois dos nossos melhores, reparando uma dívida que tínhamos para com o MAX, com o destaque que nos foi possível conseguir alguns anos após a sua morte, e dando um destaque especial ao ERNÂNI. Em qualquer caso, como um testemunho da nossa profunda gratidão. Lembramos ainda o Paulo Marques e o Casimiro Barreto com um texto do Ernâni Lopes.

Gostaríamos muito que esta revista, sem prejuízo das "Histórias dos Cursos" e da "Actualidade da AORN", tratasse alguns temas de fundo com interesse, como seja "As Marinhas de Guerra e a Globalização" do VALM Reis Rodrigues que inicia assim o novo espaço, "Conhecimento, Cultura e Cidadania" ou "A Marinha, Portugal e o Mar", aproveitando os contributos de muitos oficiais de Marinha e de camaradas nossos em diferentes áreas.

Começamos nesta revista uma nova rubrica "Notícias dos Núcleos", com o grande objectivo de informar sobre o seu desempenho e ao mesmo tempo tentar que, desta forma, se consiga uma maior divulgação e dinamismo dos "Núcleos". Mais do que grupos de "pressão" da Direcção, são formas de alargar o Espírito RN e de contribuir para que se cumpram os objectivos da AORN.

Esperamos que esta revista seja publicada antes do próximo dia 8 de Outubro, data em que vamos homenagear Casimiro Barreto (a título póstumo) e Alfredo Lemos Damião, com a atribuição do "Golfinho de Ouro", por *terem servido sem cuidar recompensa*. Estes "Pin de Ouro" juntam-se aos outros quatro já atribuídos: Rodrigues Maximiano, Alípio Dias, Ernâni Lopes e Almirante Vieira Matias.

Tinha pensado demover o Ernâni Lopes da sua intenção de não voltar a ser candidato. Já não foi preciso. Já não pude dar seguimento à discussão *"não há homens insubstituíveis" versus "todos os homens são substituíveis"*. Já não foi preciso. Recebi entretanto um telefonema do nosso camarada Rui Serro a sugerir o nome do José Luís da Cruz Vilaça, que teve oportunidade de conhecer em Bruxelas, quando ambos ali se encontravam em diferentes missões de serviço.

Quando liguei ao José Luís Vilaça a convidá-lo a aceitar ser o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AORN, este anuiu de imediato, dizendo ser uma grande honra "substituir" o Ernâni Lopes. Atitude de coragem, determinação e espírito de serviço, próprio dos grandes homens e um bom sinal de que ainda continua bem vivo o Espírito da Reserva Naval.

Ocupar lugares antes desempenhados por homens tão ilustres não é tarefa fácil. São, no entanto, desafios que a vida nos coloca e aos quais temos que dar resposta. Quando assumi o lugar de Presidente da Direcção sabia da importância e da responsabilidade da tarefa, mas também sei que posso contar com um conjunto de pessoas de qualidade superior, pelo que, quero partilhar convosco o prazer que sinto em fazer parte deste grupo e de trabalhar para honrar todos os que, já não podendo contribuir, são mais do que o Farol, são o Navio que irá levar a AORN a Bom Porto.

Aos que estão preocupados com o Futuro da AORN, sempre direi que, o futuro depende de nós, da nossa capacidade para fazer parte da solução e não, como a tendência nacional, fazer parte do problema. Como disse no Dia da AORN, e que poderá servir de mote para o nosso desígnio: **enquanto for preciso defender a Marinha, Portugal e o Mar a AORN não vai acabar.**

Joaquim Moreira  
25.º CFORN-FZE

# AS MARINHAS DE GUERRA E A GLOBALIZAÇÃO



Alexandre Reis Rodrigues

Já vai longe o tempo em que se olhava para a globalização como um fenómeno essencialmente económico. Muito se avançou, desde então, na compreensão das suas múltiplas dimensões e, mais recentemente, no estudo da sua influência sobre a perspectiva tradicional de encarar as questões de segurança e defesa e as relações internacionais em geral.

Não vou abordar todas estas facetas do impacto da globalização. Limito-me a analisar as suas interdependências com o ambiente marítimo e as forças navais que nele operam, centrando-me nas seguintes duas tarefas das marinhas: a manutenção da livre utilização do mar e instrumento político da acção externa dos Estados. Ambas têm crescido de importância por razões directamente relacionadas com a globalização, que passo a explicar.

Quanto à segurança no mar, porque é da actuação das marinhas, no controlo dos oceanos, que depende, em última instância, a garantia de que o papel do mar, como grande facilitador da globalização, é desempenhado sem perturbações; é através do mar que se processa 90% do comércio internacional e 80% do transporte de hidrocarbonetos.

Segundo, porque a extensão de direitos conferidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, obriga os países costeiros a responderem com maior presença naval e determinação de proteger e usar os direitos adquiridos. Refiro-me às zonas económicas exclusivas, que representam um terço do alto mar, e, futuramente, às plataformas continentais que aumentarão exponencialmente a área de interesse.

O crescente papel das marinhas, como instrumento de política externa, vem na sequência da proliferação de situações de instabilidade e de crise, que a globalização tem fomentado ou não tem conseguido evitar, mal grado tenha contribuído para reduzir a hipótese de degenerarem num conflito global. São situações que, regra geral, requerem respostas diplomático-militares muito flexíveis, para que as marinhas, pelas suas próprias características, estão particularmente aptas.

De facto, vivemos um contexto de segurança em que a utilização segura do mar está bem menos garantida do que estava no passado. As razões são conhecidas. De momento, resultam sobretudo de um conjunto diversificado de ameaças opacas e difusas, provenientes de grupos que operam à margem da comunidade internacional. No futuro, poderão resultar também – não é difícil de imaginar – de uma agudização da competição pelo acesso a recursos vitais, num quadro de desencontro entre uma procura crescente e uma oferta em declínio.

Para já, a evidência mais óbvia da actual situação é o recrudescimento da pirataria, que, ao contrário do que possa transparecer para a opinião pública, é um fenómeno global que não está restrito à Somália, e a ameaça da sua provável associação com o terrorismo. A maior preocupação é a do possível aproveitamento do facto de o transporte marítimo ser o menos regulado





de todos e, por isso, facilmente se poder tornar o alvo directo, ou instrumento mais fácil, para uma organização terrorista montar um golpe espectacular, com muitas vítimas e grave perturbação do comércio internacional.

Os problemas que esta realidade levanta estão identificados. O mais relevante é o resultante da retracção geral dos dispositivos navais, que se julgou possível a partir do desaparecimento da Marinha soviética e que desde então não mais parou. A tentativa feita de compensar a redução da dimensão com qualidade, não equilibrou o erro de avaliação das necessidades, porque a sofisticação tecnológica em que assentou a redução dos números não é de utilidade decisiva no confronto com ameaças assimétricas. Segundo, não se previu que a redução do esforço que se fazia, durante a Guerra Fria, no controlo do mar abriria a porta a um leque variado de ameaças assimétricas. Terceiro, não se contou com o impacto do aparecimento de novos Estados falhados, incapazes de assumir a manutenção da lei e da ordem na área marítima sob sua responsabilidade. Quarto, não se previu que o incremento da procura de novas fontes de recursos energéticos poderia dar origem a conflitos de natureza territorial ligados a áreas onde se presume haver reservas importantes de recursos energéticos ou

depósitos minerais valiosos. Quinto e último ponto, não se antecipou o aparecimento das novas potências emergentes, e a aposta aberta que estão a fazer na construção de uma dimensão regional naval que, entretanto, as potências ocidentais têm vindo progressivamente a perder.

Como deverão os europeus tentar orientar a configuração da sua dimensão naval tendo em conta o quadro de segurança atrás descrito e a necessidade de dar uma melhor resposta aos novos desafios?

Vários especialistas têm-se pronunciado sobre o assunto. Geoffrey Till, um dos mais ouvidos, aponta as incertezas sobre o futuro da globalização como a maior dificuldade com que se debatem os planeadores navais no desenho das marinhas do futuro. Compreende-se porquê. Já vimos que existe uma relação directa entre a globalização das economias e o uso do mar para trocas comerciais e que esta situação exige uma preparação específica das Marinhas. Perante estas circunstâncias, Till prevê que as incertezas que impendem sobre o futuro da globalização levarão os estrategas navais a continuar a planear para a possibilidade de competição pelo poder e influência entre rivais, malgrado também exista, ao mesmo tempo, a necessidade de assegurar uma melhor capacidade de resposta na área do policiamento do mar, para imposição da lei, e na participação em conflitos de baixa intensidade. Till admite, nesta perspectiva, dois modelos de marinha mas não os vê como alternativas, que se excluam mutuamente. Pelo contrário, vê na sua sobreposição uma valorização da dualidade de propósito de algumas plataformas que, embora concebidas para o conflito aberto são essenciais no campo das operações não combatentes, incluindo as humanitárias (navio polivalente logístico, helicópteros, etc.).

Perguntar-se-á como se poderá fazer a compatibilização dos dois modelos. A hipótese mais lógica é procurar a harmonização ao nível da estrutura de forças, numa





espécie de combinação “High/Low”, incluindo um determinado número de plataformas para actuar no lado mais exigente do espectro do conflito e outras destinadas a tarefas não combatentes, portanto, menos exigentes em capacidades essencialmente militares.

Há países que já adoptam esta combinação há algum tempo (Portugal, praticamente desde sempre); outros estão num processo de transição, por troca de alguma qualidade por quantidade. Uma das mais recentes junções ao grupo veio da

*Royal Navy que anunciou “o início de um programa de construção de novas fragatas, menos dispendiosas mas mais flexíveis e aptas para lidar com as tarefas navais de hoje, na área do combate ao tráfico de drogas, pirataria e terrorismo”.*

Estamos a falar de uma tendência que não é mais do que o resultado da revisão da prioridade sob o qual devem ser encaradas as ameaças convencionais à soberania e integridade territorial e as ameaças não convencionais ao acesso e à livre utilização do mar, as quais precisarão de receber,

pelo menos no futuro próximo, grande parte da nossa atenção. O caminho a seguir começará sempre no âmbito individual de cada país, na procura da solução que permita o mais eficiente emprego dos recursos disponíveis, mas o percurso final terá também que incluir, a nível internacional, uma melhor organização do esforço colectivo na procura de um arranjo mais eficaz do controle do uso do mar.

Julho 2011

*Alexandre Reis Rodrigues*  
*Vice-Almirante*



## O 15.º CFORN

Foi o segundo curso realizado no ano de 1969, a exemplo de anos anteriores que foi assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

O 15.º CFORN foi alistado em 29 de Agosto de 1969 e incorporou 101 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 26 cadetes na classe de Marinha, 3 cadetes na classe de Engenheiros Construtores Navais, 5 cadetes na classe de Engenheiros Maquinistas Navais, 23 cadetes na classe de Administração Naval, 2 cadetes na classe de Médicos Navais, 19 cadetes na classe de Fuzileiros e 23 cadetes na classe de Técnicos Especialistas.

Dos 19 cadetes Fuzileiros que, ao longo do 2.º ciclo de instrução do CFORN haviam frequentado o Curso de Especialização em Fuzileiro Especial, apenas 14 foram considerados especializados e portanto aptos a integrar os DFE's.



*A classe de Marinha do 15.º CFORN*



*O Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva, Comandante da Escola Naval*

Comandava a Escola Naval o Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva e o Director de Instrução foi o CTEN Pedro Pinto Basto de Sá e Azevedo Coutinho.

No final do período de instrução, o Prémio "Reserva Naval" foi entregue ao cadete da classe de Administração Naval, Fernando Pedro Braga Pereira Coutinho. Este prémio destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.

Pela primeira vez na Reserva Naval, no Oceano Índico, foi entregue o comando de um navio a um oficial da Reserva Naval. Tratou-se da LFP "Antares" que, em 1961, sobrevivera à invasão do Estado da Índia e que, com base em Porto Amélia, tinha por missão a fiscalização

### **CLASSE DE MARINHA**

*Alberto Armando Capelas da Conceição Carneiro  
António José Fonseca Prezado Alves  
Artur Manuel Ascenso Martins Pires  
Carlos Alberto de Aguiar Vieira Gomes  
Carlos Alberto de Albuquerque Neves Costa  
Eduardo Jorge Alves da Silva  
Fernando Monteiro Vieira  
Fernando Rodrigues do Vale  
Francisco José Piano Pinto Coelho  
Francisco João do Rosário Mafra  
Ilídio José Prazeres de Assunção  
João José Carvalho Ghira*

*Jorge Manuel Canossa da Silva  
José Alves Ribeiro  
José da Conceição Rego de Melo e Castro  
José Guedes Rodrigues  
José Telo Rasquilha de Abreu  
Lourenço de Albuquerque de Orey  
Luís Alberto da Silva Amador  
Luís Teixeira Queirós  
Luís de Carvalho Gaspar  
Manuel Cláudio Carvalho Fernandes Leão  
Manuel Joaquim Alves Messias  
Mário José Sirgado Pereira Rivotti  
Sebastião Baptista Pereira Verga  
Vitor Manuel Sequeira Mendes*

### **CLASSE DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES NAVAIS**

*Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado  
Fernando Augusto Costa Cabral Metzner Alves  
Luís Manuel de Freitas Martins Alexandre*

### **CLASSE DE ENGENHEIROS MAQUINISTAS NAVAIS**

*António Augusto Nabinho Antunes Pião  
Bernardo Manuel Palma Mira Delgado  
Jaime Carlos Ferreira Braga  
Joaquim Mário Taquelim Talhé  
José Joaquim Guimarães Pestana*



O Director de Instrução, CTEN Pedro Pinto Basto de Sá e Azevedo Coutinho.

#### CLASSE DE ADMINISTRAÇÃO NAVAL

*Abraão Amaro Fernandes de Carvalho  
António Manuel Martins Pereira Marta  
António Ricardo de Oliveira Fonseca  
António Carlos de Magalhães Fernandes Tato  
Armando Alves Nobre Dias Mendes  
Artur Fernando Mouzinho de Almeida e Silva  
Fernando Pedro Braga Pereira Coutinho  
Hermínio Marques Ferreira  
Joaquim Manuel de Almeida de Azevedo Meireles  
Jorge Manuel da Silva e Sousa  
José Alves Domingues  
José Emílio Amaral Gomes  
José Martins Barata  
José Mário Matos Teixeira de Aguiar  
José Alberto de Faria Xarez  
José Manuel Macedo Pereira  
José Carlos Moreira da Cunha Barros  
Leandro Abílio Brandão Delgado  
Manuel José da Silva Castro Lopes  
Mário Cristina de Sousa  
Nuno Valença Pinto Ferreira  
Paulo Ernesto Carvalho Amorim  
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*

#### CLASSE DE MÉDICOS NAVAIS

*João Manuel de Vasconcelos Costa  
Manuel Mayoral Teixeira Robles*

“Geba” e “Quanza”, e as LFP’s “Sirius” e “Vega”.

Abatidos ao efectivo foram os navios--patrulha “Madeira”, “Príncipe” e “S. Tomé”, a fragata “Pacheco Pereira” e o NH “Almirante Schultz”.

O esforço de Guerra mantido em três frentes no Ultramar obrigava a formação de sucessivas vagas de Destacamentos e Companhias de Fuzileiros com especial incidência na Guiné, onde se recorreu à população nativa local com os famosos Destacamentos da “Série 20”. O DFE 21 iniciou e manteve a actividade operacional que culminou, em 20 de Novembro, com a operação “Mar Verde”.

da costa norte de Moçambique até à foz do rio Rovuma. Desempenhou essas funções o 2TEN RN José da Conceição Rego de Melo e Castro.

Durante o ano de 1969, na continuação do plano de modernização da Marinha, conjuntamente com a necessidade de reforçar os meios navais empenhados na Guerra do Ultramar, tinham sido aumentados ao efectivo dos navios da Armada a fragata “Comandante Sacadura Cabral”, os quatro navios-patrulhas “Cacine”, “Cunene”, “Mandovi” e “Rovuma”, projecto de dez unidades nascido na sequência da anterior classe “Argos”, os submersíveis “Cachalote” e “Delfim” e a LDG “Bombarda”.

Ainda no decorrer do mesmo, foram abatidos ao efectivo a fragata “D. Fernando”, antiga “Diogo Gomes”, que mudou de nome em 31 de Outubro de 1968, tendo ficado sempre fundeada no Mar da Palha até ao seu abate, em 20 de Abril de 1969, seguindo



A classe de Administração Naval do 15.º CFORN

igualmente o mesmo caminho a canhoneira “Diu”, a lancha de fiscalização “Espadilha” e o submersível “Náutico”.

Em 1970, vieram ainda reforçar o dispositivo naval sendo aumentadas ao efectivo as corvetas “General Pereira d’Eça”, “Jacinto Cândido”, “João Coutinho” e “Augusto Castilho”, os navios-patrulhas



O cadete Fernando Pedro Braga Pereira Coutinho, Prémio Reserva Naval.

### CLASSE DE FUZILEIROS

Ángelo Paulo Garcia Gromicho  
António Luís Monforte Cunha da Silva  
Elísio Alfredo Pires Carmona  
Fernando Valentim de Castro M. Ferreira Mendes  
Fortunato José Biscaia Paiva Abrantes  
Francisco Ruy Pato de Góis Oliveira  
Francisco Manuel Ventura Paiva Cadeira  
Gilberto Filomeno Fernandes  
João José da Silva Serradas Duarte  
José Pelágio Figueiroa Teixeira Góis  
José Anibal Xavier Pereira  
José Jacinto de Almeida Vasconcelos Raposo  
Ludgero Matias Alves  
Luís Filipe Rosa da Silva Garcia

Luís Filipe Abrantes Rasines  
Manuel José Fernandes Guerra  
Manuel Ribeiro Cardoso Rosa  
Manuel Joaquim da Mota e Costa  
Serafim Maximiano Machado e Sousa

### CLASSE DE ESPECIALISTAS

Alfredo Augusto Lemos Damião  
António Alexandrino de Oliveira Daniel  
Carlos Alberto Afonso Durães  
Duarte Manuel Correia Guedes Brasão  
Fernando Manuel Ramos Cardoso Ribeiro  
Fernando Franco de Almada  
João Manuel da Palma Baptista

João Manuel da Boa de Jesus  
José Manuel dos Santos Cunha  
José Delgado Rodrigues  
José Manuel Afonso Covas  
José Alberto Baptista Tomé  
José Augusto Maia Neto Neves  
José Luís da Cruz Vilaça  
José Luís Manjolinha de Albuquerque Osório  
Luís Filipe Tavares Moura e Silva  
Manuel Camões Rodrigues Sobral  
Manuel Valentim Franco Alexandre  
Manuel Maria Martins Ferreira Neto  
Raúl Mário Moutinho Guedes Vidal  
Ricardo Jorge Ramalheira Ventura da Cruz  
Rogério Celestino Marques de Jesus  
Serafim Manuel Cruz de Bragança Tavares

A partir de Abril de 1972, os oficiais do 15.º CFORN começaram a ser licenciados, não tendo nenhum deles ingressado nos Quadros Permanentes.

Muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam missões e viriam a fazê-lo nestes navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.

Especialmente neste curso, foi notável a quantidade de oficiais da Reserva Naval necessários ao preenchimento de vagas em lugares no Continente.



António José Fonseca Prezado Alves



Eduardo Jorge Alves da Silva



Ilídio José Prazeres de Assunção

Seguiram para comissões muitos dos seus elementos, como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios, Oficiais de Guarnição, integrando Companhias e Destacamentos de Fuzileiros ou Unidades e Serviços em terra, tendo sido designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:



Um grupo de cadetes do 15.º CFORN na Escola de Limitação de Avarias: António Ricardo Fonseca, José Teixeira de Aguiar, Manuel Castro Lopes, José Emílio Gomes, António Carlos Tato, Joaquim de Azevedo Meireles, Leandro Brandão Delgado e José Alves Domingues

### Guiné (20 Oficiais):

2TEN RN António José Fonseca Prezado Alves na LFP “Bellatrix”, 2TEN RN Carlos Alberto de Aguiar Vieira Gomes, 2TEN RN Francisco José Piano Pinto Coelho, 2TEN ECN RN Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado, 2TEN ECN RN Fernando Augusto Costa Cabral Metzner Alves, 2TEN AN RN José Alves Domingues, 2TEN TE RN Manuel Valentim Franco Alexandre e 2TE TE RN Raúl Mário Moutinho Guedes Vidal no Comando de Defesa Marítima da Guiné, 2TEN RN Eduardo Jorge Alves da Silva na LFP “Aldebaran”, 2TEN RN Ilídio José Prazeres de Assunção na LFP “Deneb”, 2TEN RN João José Carvalho Ghira na LFP “Aljezur”, 2TEN FZ Elísio Alfredo Pires Carmona na CF 11, 2TEN FZ RN José Pelágio Figueiroa Teixeira Góis e 2TEN FZ RN João José da Silva Serradas Duarte na CF 11, 2TEN FZE RN

Francisco Ruy Pato de Góis Oliveira no DFE 3, 2TEN FZE RN Luís Filipe Rosa da Silva Garcia no DFE 4, 2TEN FZE RN Luís Filipe Abrantes Rasines no DFE 8, 2TEN FZE RN Manuel José Fernandes Guerra no DFE 21, 2TEN FZE RN Serafim Maximiano Machado e Sousa no DFE 13 e 2TEN TE RN Alfredo Augusto Lemos Damião no Quartel-General do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné.

**Cabo Verde (1 Oficial):**

2TEN RN Carlos Alberto de Albuquerque Neves Costa no navio-patrolha "Quanza".

**Angola (11 Oficiais):**

2TEN RN José Telo Rasquilha de Abreu na LFP "Fomalhaut", 2TEN EMQ RN



Num momento de descontração, José Teixeira de Aguiar, Joaquim de Azevedo Meireles, José Alves Domingues e Manuel Castro Lopes



Jorge Manuel Canossa da Silva



José da Conceição Rego de Melo e Castro



José Telo Rasquilha de Abreu

José Joaquim Guimarães Pestana no Comando Naval de Angola, 2TEN MN RN João Manuel de Vasconcelos Costa na CF 8, 2TEN MN RN Manuel Mayoral Teixeira Robles e 2TEN FZE RN Manuel Joaquim da Mota e Costa na CF 5, 2TEN FZE RN Ângelo Paulo Garcia Gromicho no DFE 6, 2TEN FZE RN Fernando Valentim de Castro Marinho Ferreira Mendes e 2TEN FZE RN José Anibal Xavier Pereira na CF 4, 2TEN FZE RN Fortunato José Biscaia Paiva Abrantes e 2TEN FZE RN Francisco Manuel Ventura Paiva Cadeira na CF 6, 2TEN FZ RN Ludgero Matias Alves na CF 7.



O navio-patrolha "Quanza" em S. Vicente de Cabo Verde

## **Moçambique (6 Oficiais):**

2TEN RN Jorge Manuel Canossa da Silva na LFP “Mercúrio”, 2TEN RN José da Conceição Rego de Melo e Castro na LFP “Antares”, 2TEN AN RN José Martins Barata Comando de Defesa Marítima dos Portos do Lago Niassa, 2TEN FZE RN António Luís Monforte Cunha da Silva no DFE 7, 2TEN FZE RN José Jacinto de Almeida Vasconcelos Raposo e 2TEN FZE RN Manuel Ribeiro Cardoso Rosa no DFE 2.

## **Continente, Ilhas e Outras Unidades (63 Oficiais):**

2TEN RN Alberto Armando Capelas da Conceição Carneiro na Direcção do Serviço de Pessoal – 2.ª Rep., 2TEN RN Artur Manuel Ascenso Martins Pires, 2TEN RN José Guedes Rodrigues, 2TEN AN RN António Ricardo de Oliveira Fonseca, 2TEN TE RN Duarte Manuel Correia Guedes Brasão, 2TEN TE RN Fernando Manuel Ramos Cardoso Ribeiro, 2TEN TE RN José Delgado Rodrigues, 2TEN TE RN José Manuel Afonso Covas, 2TEN TE RN Luís Filipe Tavares Moura e Silva, 2TEN TE RN Manuel Camões Rodrigues Sobral e 2TEN TE RN Serafim Manuel Cruz de Bragança Tavares no Instituto Hidrográfico, 2TEN RN Fernando Monteiro Vieira no navio-patrolha “Santa Maria”, 2TEN RN



LFP “Antares” em Porto Amélia

Fernando Rodrigues do Vale, 2TEN EMQ RN António Augusto Nabinho Antunes Pião e 2TEN AN RN José Carlos Moreira da Cunha Barros na Direcção Geral dos Serviços de Fomento Marítimo (Gab. Estudos), 2TEN RN Francisco João do Rosário Mafra na Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações, 2TEN RN José Alves Ribeiro no navio draga-minas “S. Jorge”, 2TEN RN Lourenço de Albuquerque de Orey no Comando Naval do Continente, 2TEN RN Luís Alberto da Silva Amador no navio-patrolha “Fogo”, 2TEN RN Luís Teixeira Queirós no navio-depósito “Stº André”, 2TEN RN Luís de Carvalho Gaspar na Superintendência do Serviço de Material, 2TEN RN Manuel Cláudio Carvalho Fernandes Leão, 2TEN AN RN Joaquim Manuel de Almeida de Azevedo Meireles, 2TEN FZ RN Gilberto Filomeno Fernandes, 2TEN TE RN Manuel Maria Martins Ferreira Neto e 2TEN TE RN Rogério Celestino Marques de Jesus na Escola de Fuzileiros, 2TEN RN Manuel Joaquim Alves Messias no navio-patrolha “Santo Antão”, 2TEN RN Mário José Sirgado Pereira Rivotti, 2TEN AN RN Manuel José da Silva Castro Lopes, 2TEN TE RN António Alexandrino de Oliveira Daniel, 2TEN TE RN João Manuel da Boa de Jesus e 2TEN TE RN José Alberto Baptista Tomé no Grupo N.º 1 de Escolas da Armada, 2TEN RN Sebastião Baptista Pereira Verga na Direcção dos Serviços de Instrução, 2TEN RN Vítor Manuel Sequeira Mendes na LF “Corvina”, 2TEN ECN RN Luís Manuel de Freitas Martins Alexandre na Direcção das Construções Navais, 2TEN EMQ RN Bernardo Manuel Palma Mira Delgado e 2TEN AN RN Leandro Abílio Brandão Delgado no no Grupo N.º 2 de Escolas da Armada, 2TEN EMQ RN Jaime Carlos Ferreira Braga e 2TEN AN RN António Manuel Martins Pereira Marta no Estado-Maior da Armada, 2TEN EMQ RN Joaquim Mário Taquelim Talhé na Esquadilha de Submarinos, 2TEN AN RN Abraão Amaro Fernandes de Carvalho, 2TEN AN RN Armando Alves

Nobre Dias Mendes, 2TEN AN RN Artur Fernando Mouzinho de Almeida e Silva, 2TEN AN RN Fernando Pedro Braga Pereira Coutinho, 2TEN AN RN Hermínio Marques Ferreira e 2TEN AN RN Mário Cristina de Sousa na Intendência Serviços de Administração Financeira da Marinha, 2TEN AN RN António Carlos de Magalhães Fernandes Tato, 2TEN AN RN José Emílio Amaral Gomes, 2TEN AN RN José Mário Matos Teixeira de Aguiar, 2TEN AN RN Nuno Valença Pinto Ferreira e 2TEN AN RN Paulo Ernesto Carvalho Amorim na Direcção do Serviço de Abastecimento, 2TEN AN RN Jorge Manuel da Silva e Sousa e 2TEN TE RN João Manuel da Palma Baptista na Força de Fuzileiros do Continente, 2TEN AN RN José Alberto de Faria Xarez e 2TEN TE RN José Augusto Maia Neto Neves na Base Naval de Lisboa, 2TEN AN RN José Manuel Macedo Pereira e 2TEN AN RN Ricardo Espírito Santo Silva Salgado na Fábrica Nacional da Cordoaria, 2TEN TE RN Carlos Alberto Afonso Durães e 2TEN TE RN Fernando Franco de Almada na Direcção do Serviço de Educação Física, 2TEN TE RN José Manuel dos Santos Cunha na Superintendência dos Serviços do Material, 2TEN TE RN José Luís da Cruz Vilaça na Chefia do Serviço de Justiça, 2TEN TE RN José Luís Manjolinha de Albuquerque Osório na Direcção do Serviço de Armas Navais e 2TEN TE RN Ricardo Jorge Ramalheira Ventura da Cruz na Direcção de Infra-Estruturas Navais.



António Carlos Tato, Manuel Castro Lopes, Joaquim de Azevedo Meireles e José Teixeira de Aguiar, na viagem à Madeira

Este artigo foi compilado do blogue de Manuel Lema Santos, <http://www.reservanaval.blogspot.com>, a partir do Anuário da Reserva Naval dos Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado; Dicionário de Navios, Comandante Adelino Rodrigues da Costa, 2006; Arquivo de Marinha; Revista da Armada; fotos do curso cedidas pelo 2TEN AN RN Manuel José da Silva Castro Lopes e restantes de arquivo do autor.

# OS NOVOS MEIOS DA MARINHA – ESTRATÉGIA DE RENOVAÇÃO



Nuno Sardinha Monteiro

## Introdução

A necessidade de renovação da Marinha não pode ser dissociada de duas determinantes fundamentais. Primeiro, a importância do mar para Portugal, que pode ser ilustrada por circunstâncias de âmbito geográfico e por alguns indicadores económicos. Segundo, a opção histórica de cometer à Marinha um leque de competências que extravasam (largamente) a defesa nacional e o apoio à política externa do Estado, abarcando outras áreas de intervenção no mar, tais como a segurança, a protecção civil, a investigação científica e, mesmo, a cultura.

Só entendendo estas duas determinantes fundamentais será possível compreender a estratégia de renovação da Marinha, que passa pela edificação de um conjunto equilibrado de capacidades, destinadas a concretizar a missão institucional. Neste artigo far-se-á um ponto de situação,

necessariamente breve, da renovação em curso nalgumas das capacidades do sistema de forças da Marinha, nomeadamente nas capacidades oceanográfica e hidrográfica, da autoridade marítima, oceânica de superfície, submarina, de fiscalização, de combate à poluição e de assinalamento marítimo.

## Importância do mar para Portugal

Independentemente de outros factores, a importância do mar para Portugal está relacionada, sobretudo, com a geografia e com as actividades económicas ligadas ao mar.

No que respeita à geografia – que é, salvo circunstâncias muito especiais, o único factor do potencial nacional que se mantém constante ao longo do tempo – importa acentuar a localização de Portugal e a dimensão dos espaços marítimos. Relativamente à localização, Portugal encontra-se numa zona de confluência de algumas das principais rotas de tráfego marítimo, a que acresce o facto de se tratar de uma zona de articulação entre a Europa, as Américas e a África e entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Relativamente à dimensão dos espaços marítimos, Portugal possui uma extensa costa com cerca de 2800 km, incluindo o continente e as parcelas insulares, o que projecta a soberania

e a jurisdição nacionais sobre vastíssimas áreas marítimas, conforme decorre do direito internacional e, em concreto, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. De facto, Portugal possui soberania ou jurisdição sobre uma área marítima de cerca de 1,7 milhões de km<sup>2</sup>, que corresponde a cerca de 19 vezes a área terrestre nacional. Trata-se da maior ZEE na Europa e uma das maiores ao nível mundial.

Acresce que o País se encontra envolvido num processo de extensão dos limites da plataforma continental, que permitirá *grosso modo* duplicar a área dos fundos marinhos sob soberania nacional. Passaremos a deter uma área de espaços marítimos cerca de 40 vezes superior ao nosso território.

No respeitante à economia, o peso do mar pode ser ilustrado por dois dados. O primeiro diz respeito ao comércio externo, uma vez que 60% das nossas trocas comerciais com o exterior se processam por via marítima, sendo também por mar que recebemos cerca de 70% das importações nacionais. O segundo dado respeita ao turismo, já que 90% dos turistas que nos visitam procuram a faixa costeira e actividades de lazer de âmbito náutico. Além disso, existe um conjunto de actividades



Navios Hidro-oceanográficos “D Carlos I” e “Almirante Gago Coutinho”

económicas ligadas ao mar que possuem um elevado potencial de crescimento, como o turismo náutico, a náutica de recreio, a aquicultura, o transporte marítimo de curta distância, as energias renováveis e a exploração de minerais, de hidrocarbonetos e de produtos de biotecnologia. Tudo isso levou um estudo recente da Sociedade de Análise Estratégica e de Risco (SaeR) a estimar que, no final do primeiro quartel do século XXI, o *hyper-cluster* do mar possa contribuir com cerca de 10 a 12% do PIB e do emprego nacionais, o que equivalerá a cerca de 20 a 25 mil milhões de Euros e a mais de meio milhão de empregos.

### *Leque de funções cometidas à Marinha Portuguesa*

Neste quadro de uma nação marcadamente marítima, que não prima pela riqueza nem pela abundância de recursos, Portugal foi consolidando ao longo dos tempos um modelo de actuação pública no mar em que a Marinha possui um vasto leque de competências, tanto de âmbito militar (apanágio das armadas), como de âmbito não militar (típicas das guardas costeiras).

Este modelo de actuação de Marinha de duplo uso tem raízes multi-seculares, tendo atravessado formas de Estado e regimes políticos distintos, até culminar na recente Lei Orgânica da Marinha. Esta afirma explicitamente dar “*corpo ao*



Navio Salva-vidas “Vigilante”

*paradigma da Marinha de «duplo uso», materializado numa actuação militar e numa actuação não militar, privilegiando uma lógica de economia de esforço e de escala, bem como o desenvolvimento de sinergias, por partilha de conhecimentos e recursos”.*

Para desempenhar eficaz e eficientemente as suas tarefas, tanto no âmbito da acção militar como da acção não militar, a Marinha necessita de um conjunto diversificado de meios, que obedeça à lógica de uma Marinha equilibrada.

Uma Marinha equilibrada pode definir-se como a antítese de uma Marinha especializada num conjunto restrito de valências e, por conseguinte, limitada a certo tipo de missões, sem capacidade de intervenção perante novas e difusas ameaças, nem

aptidão para defender outros interesses que despontem.

Desta forma, edificando harmoniosamente um conjunto equilibrado de capacidades, preserva-se um leque alargado de valências, essenciais à afirmação do interesse nacional no mar.

### *Estratégia de renovação da Marinha*

Feito este enquadramento, é possível perceber melhor a estratégia de renovação da Marinha, que tem uma lógica e uma coerência que poderão escapar aos que não conseguem distinguir para lá de algum frenesim mediático que tem rodeado um ou outro programa de aquisição (independentemente das sempre condenáveis irregularidades ou ilegalidades que possam ter ocorrido).



Fragata “D Francisco de Almeida” entrando o porto de Lisboa



Submarino "Tridente" à entrada da barra do Tejo

Assim, concretizaram-se no passado recente ou estão em curso importantes programas de renovação, em várias capacidades da Marinha, nomeadamente:

- No âmbito da capacidade oceanográfica e hidrográfica, foi efectuada (no Arsenal do Alfeite) a transformação em navios hidro-oceanográficos de duas unidades navais da classe *T-Agos* adquiridas aos EUA, as quais viriam a ser baptizadas como NRP *D. Carlos I* e NRP *Almirante Gago Coutinho*. O primeiro começou a sua actividade como navio hidrográfico em Janeiro de 2004 e o segundo (apetrechado com melhores capacidades em termos de oceanografia e de geologia marinha) em Junho de 2007. Ambos têm vindo a realizar missões de carácter militar e missões de apoio à comunidade científica nacional. Além disso, têm dado um apoio muito importante à Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM), através da realização de levantamentos hidrográficos que suportam a reclamação nacional, junto da ONU, de extensão da plataforma continental portuguesa.
- No âmbito da capacidade da autoridade marítima, foram construídos, no Arsenal do Alfeite, 3 novos salva-vidas destinados ao Instituto de Socorros a Náufragos. Trata-se de

embarcações bastante modernas, capazes de efectuar salvamento marítimo em condições meteorológicas bastante desfavoráveis. A primeira unidade (*Vigilante*) foi entregue em 2007, estando a actuar a partir de Peniche. A segunda unidade (*Atento*) foi entregue em 2008, operando desde Viana do Castelo. Finalmente, o último salva-vidas foi entregue no final de 2008, estando baseado em Sagres.

- No âmbito da capacidade oceânica de superfície, foram adquiridas à Holanda duas fragatas do tipo M (classe *Karel Doorman*), com o objectivo de substituir as fragatas da classe João Belo, entretanto vendidas ao Uruguai. Estas novas unidades navais vêm juntar-se às três fragatas MEKO 200 (classe *Vasco da Gama*) que Portugal possui desde 1991 e que, além das tarefas tradicionais, se têm revelado extremamente eficazes no combate a "novas" ameaças, como a proliferação, o terrorismo e a pirataria marítima. Nesse âmbito, importa referir o sucesso que essas fragatas têm tido na operação ACTIVE ENDEAVOUR desencadeada pela NATO em Novembro de 2001, no Mediterrâneo, com o objectivo de prevenir atentados terroristas no ambiente marítimo e proliferação de armas de destruição

maciça. Importa referir, ainda, o seu desempenho no combate à pirataria no Corno de África e na bacia da Somália, desde 2009, integrando as operações ALLIED PROTECTOR e OCEAN SHIELD, da NATO, e a operação ATALANTA, da União Europeia.

As duas fragatas do tipo M adquiridas por Portugal receberam o nome de NRP *Bartolomeu Dias* e NRP *D. Francisco de Almeida*, tendo sido entregues a Portugal em Janeiro de 2009 e em Janeiro de 2010, respectivamente. Ambas foram construídas em 1994, sendo por isso ligeiramente mais recentes do que as da classe *Vasco da Gama*. No entanto, as fragatas do tipo M são significativamente mais modernas do que as *Vasco da Gama*, representando, assim, uma evolução tecnológica importante para a Marinha Portuguesa.

- No âmbito da capacidade submarina, foram adquiridos aos estaleiros alemães HDW dois submarinos, NRP *Tridente* e NRP *Arpão*, que permitiriam preservar uma capacidade que Portugal mantém desde 1913.

O *Tridente* foi recebido provisoriamente em Junho de 2010 e o *Arpão* em Dezembro do mesmo ano, estando ambos em período de garantia. Estes



Navio de Patrulha Oceânica "Viana do Castelo"

submarinos são dotados da mais avançada tecnologia, contribuindo de forma muito significativa para a defesa militar e para a protecção dos interesses nacionais, onde quer que seja necessário. Ao mesmo tempo, desempenham um papel fundamental no exercício da autoridade do Estado no mar, pelas suas capacidades únicas para actuar de forma discreta e silenciosa, sendo por isso essenciais para a recolha de informações e para o combate a ilícitos no mar (como as traficâncias e a exploração ilegal de recursos). Dessa forma, estas duas unidades representam um incremento na capacidade de responder, no mar, aos riscos decorrentes da utilização exponencial de novas tecnologias e de meios sofisticados por organizações ilegais.

- No que se refere à capacidade de fiscalização, está em curso o programa de construção, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, de 8 Navios de Patrulha Oceânica. Embora seja pública a existência de atrasos na concretização deste programa, a primeira unidade naval (NRP *Viana do Castelo*) já foi entregue à Marinha, estando a segunda unidade (NRP *Figueira da Foz*) em fase final de construção. Importa referir que estes Navios de Patrulha Oceânica irão substituir as corvetas que concorrem para o dispositivo naval, assegurando

missões essencialmente ligadas à fiscalização dos espaços marítimos e à busca e salvamento marítimo. Estes navios possuem uma guarnição de 38 militares, o que corresponde a uma redução significativa relativamente aos 72 militares das actuais corvetas. Importa referir ainda que o terceiro e o quarto navios a construir terão valências para combate à poluição do mar e para balizagem, o que significará um reforço muito significativo na capacidade de combate à poluição e na capacidade de assinalamento marítimo.

- Ainda no âmbito da capacidade de fiscalização, foi assinado em 17 de Março de 2009 o contrato de aquisição, entre o Ministério da Defesa Nacional e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para a construção de cinco Lanchas de Fiscalização Costeiras, de cerca de 800 toneladas, com opção de compra por mais três unidades. Essas unidades navais substituirão os patrulhas da classe *Cacine*, que já têm mais de 40 anos de serviço. O contrato de aquisição entrará em vigor quando cumpridas algumas condições contratuais e, a partir dessa data, prevê-se que a primeira lancha seja fornecida no prazo de 3 anos e meio, seguindo-se as restantes ao ritmo aproximado de uma a cada 6 meses. Embora ainda faltem definir alguns detalhes da construção das

Lanchas de Fiscalização Costeiras, elas terão significativamente menos pessoal do que os actuais patrulhas (que operam com uma guarnição de 33 militares).

### Conclusão

Neste artigo, fez-se um breve ponto de situação de alguns dos programas de reequipamento, recentemente concluídos ou ainda em curso, enquadrando-os no âmbito daquilo que é a importância do mar para Portugal e das competências que estão cometidas à Marinha, como verdadeiro braço do Estado no mar. De facto, o mar português constitui um património e uma riqueza que importa defender, proteger e conhecer, o que obriga o País a dotar a sua Marinha com um conjunto de meios compatíveis com a dimensão das tarefas que é necessário assegurar nesses espaços marítimos.

Finalmente, importa acentuar que, independentemente dos meios postos à sua disposição, o recurso mais importante da Marinha para a execução das suas tarefas são os seus efectivos (militares, militarizados e civis), os quais – imbuídos de um marcado sentido de serviço público e de uma forte cultura organizacional – têm sido essenciais para a consecução das tarefas que historicamente têm estado cometidas à Marinha – seja no âmbito militar, seja no âmbito não militar.

Nuno Sardinha Monteiro  
Capitão-de-fragata

## AUDIÊNCIAS COM O CEMA

Mantendo a tradição, temos solicitado pedidos de audiência ao CEMA sempre que verificam alterações na Direcção e nos Órgãos Sociais ou alteração no comando da Marinha. Assim, durante os mandatos da actual direcção, já se verificaram três audiências com o CEMA.

Imediatamente após a tomada de posse para o primeiro mandato desta Direcção, em Março de 2009, ainda durante o mandato do anterior Chefe de Estado Maior da Armada, ALM Fernando José Ribeiro de Melo Gomes, para apresentação formal de cumprimentos, tendo-se aproveitado para fazer um ponto de situação, sobre compromissos anteriormente assumidos.

Nova audiência, em Dezembro de 2010, para apresentação formal de cumprimentos ao novo CEMA, ALM José Carlos Torrado Saldanha Lopes, tendo-se feito um novo ponto de situação sobre os compromissos anteriores. Estiveram presentes Alípio Dias, Pedro Coelho, Joaquim Moreira, Pedro Sousa Ribeiro, Mário Baptista e José Ruivo.

Voltamos a pedir uma audiência, em Julho de 2011, para apresentação formal de cumprimentos dos novos Órgãos Sociais da AORN, ao actual CEMA, ALM José Carlos Torrado Saldanha Lopes. Aproveitou-se para informar o CEMA da alteração dos Estatutos, nomeadamente do alargamento dos sócios da AORN ao Regime de Contrato e de o convidar a estar presente no Dia da AORN. Estiveram presentes o novo Presidente da Assembleia Geral da AORN, José Luís da Cruz Vilaça e ainda, Alípio Dias, Pedro Coelho, Joaquim Moreira, Pedro Sousa Ribeiro, Mário Baptista e Tânia Alexandre.



OALM José Carlos Torrado Saldanha Lopes com Joaquim Moreira e José Luís da Cruz Vilaça (em cima), Tânia Alexandre e Mário Baptista (em baixo)

## NOTAS DO DIRECTOR

Por manifesta falta de espaço, já aumentamos o número de páginas de 48 para 52, alguns artigos foram "retirados" e outros "amputados" ou substituídos, como foi o caso do "Dia da Marinha", os "50 Anos da Escola de Fuzileiros" e o "Dia dos Fuzileiros". Por este facto, apresentamos desculpas aos nossos leitores e muito particularmente aos autores, Serafim Lobato e Tânia Alexandre.

Aproveito este espaço, resultante da dinâmica do processo de composição da revista, para fazer referência ao facto de,

tendo estado presente, a convite do Almirante CEMA, nas comemorações do "Dia da Marinha" em Aveiro, Portimão e Setúbal, recomendar a leitura dos discursos proferidos pelos ALM Melo Gomes e ALM Saldanha Lopes, pela sua qualidade e importância.

Estive também presente nas cerimónias de rendição do Comando Naval, em que o actual CEMA, ALM Saldanha Lopes, foi rendido pelo Chefe de Gabinete do ALM Melo Gomes, CEMA anterior, CALM Monteiro Montenegro.

Estive ainda presente nas comemorações dos "50 Anos da Escola de Fuzileiros" e fiz-me representar pelo Pedro Sousa Ribeiro no "Dia do Fuzileiro".

A todos os autores de artigos publicados, mas que foram substituídos ou alterados, informo que os originais serão publicados no sítio [www.reservanaval.pt](http://www.reservanaval.pt) ou em [www.reservanaval.blogspot.com](http://www.reservanaval.blogspot.com). Renovo as minhas desculpas e agradeço a vossa compreensão.

Joaquim Moreira  
(Director)

# NOTÍCIAS DOS NÚCLEOS

Com o objectivo de incentivar a criação de novos Núcleos da AORN e procurando, ao mesmo tempo, contribuir para a dinamização dos já existentes, nomeadamente através da divulgação das suas actividades, temos vindo a desenvolver contactos muito animadores com sócios e simpatizantes da nossa associação, tanto no continente como nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Nesse sentido decidimos criar, a partir deste número da revista, um espaço onde serão difundidas as iniciativas já levadas a cabo, ou a promover pelos Núcleos.

## NÚCLEO DOS AÇORES



Entrega de uma cresta da AORN ao homenageando, com a inscrição em destaque; (da esq. para a dir.) António Mendes Calado, Genuíno Madruga, Miguel Mendes Quinto e Gustavo Moura

O Núcleo Açores da AORN reúne por norma na última 5ª feira de cada mês para um almoço de confraternização e troca de idéias. Este almoço costuma realizar-se no Hotel Avenida em Ponta Delgada, do qual temos mantido uma excelente colaboração e serviço.

A média de participantes ronda os 15 elementos, entre antigos Oficiais da RN, Oficiais dos quadros permanentes da Marinha em Ponta Delgada e antigos Oficiais da Marinha na Reserva que se encontram radicados nos Açores.

Procuramos igualmente ter sempre um ou dois convidados em cada desses almoços e sempre que possível aproveitamos a ocasião para iniciativas especiais, tal como a que ocorreu este ano com a homenagem a Genuíno Madruga.

### Homenagem ao velejador solitário Genuíno Madruga

O Núcleo Açores da AORN recebeu, no passado dia 31 de Março, o velejador açoriano Genuíno Madruga, que já realizou duas voltas ao mundo em solitário.

Com esta iniciativa a AORN quis prestar homenagem ao primeiro português que concluiu, sozinho, a navegação à Volta do Mundo, tendo cruzado o Cabo de Horn a 24 de Janeiro de 2008, do Atlântico para o Pacífico.

Genuíno Madruga é, no entanto, muito mais que isso, já que, durante a sua rota, criou uma nova maneira de estar na navegação, fazendo de ponte e mantendo contacto constante entre os portugueses espalhados pelo mundo.

No entender da AORN, tanto a figura do Homem como a do Marinheiro são dignos de referência e louvor, já que o Genuíno Madruga constituiu um exemplo de estoicismo e de afirmação por uma CAUSA.

### Comemoração do “16.º Aniversário da AORN”

De referir ainda que em Julho, para o habitual almoço mensal no Hotel Avenida, em Ponta Delgada, foi escolhido o dia 14, dia das comemorações do “16º Aniversário da AORN”, conforme notícia publicada noutra local desta revista.

Refira-se que, desta vez, o Núcleo teve como convidado o nosso camarada do Polo Norte, Luís Sobral Torres, que se encontrava em digressão pelos Açores, integrado no grupo “Alma de Coimbra” que actuou em várias salas de espectáculo da Região.



Da esquerda para a direita: João Brito Subtil, Amílcar S. Miguel, Manuel Martins, Luís Sobral Torres, Miguel Mendes Quinto, João Bernardo e Carlos Teixeira da Silva

## NÚCLEO DE TRÁS-OS-MONTES

Vamos, por sugestão do Caseiro Marques, criar este Núcleo em que, para além dele próprio e de outro potencial aderente, o José Ribeiro, foi possível identificar na zona alguns sócios da AORN: Alexandre Figueiredo Neto, Domingos Martins, Herlander de Carvalho, Francisco Abreu e Lima e António Pinto Ribeiro.

Este Núcleo fará parte da "Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro", liderada pelo nosso camarada Caseiro Marques.

## POLO NORTE

O "Polo Norte", que foi liderado pelo Joaquim Moreira até ter assumido as funções de Presidente da Direcção, tem agora à frente o Manuel Moreira da Silva que, pontualmente e sem falhas, convoca por sms todos os camaradas da região para o jantar periódico do Núcleo.



Jantar do passado dia 15 de Setembro com a presença do CMG Patrocínio Mendes dos Santos, Capitão do Porto do Douro e Leixões (à direita do Joaquim Moreira)

Estas jornadas gastronómicas de convívio naval, realizam-se, habitualmente e já desde há vários anos, na segunda quinta-feira de cada mês, na Sede da AEP-Associação Empresarial de Portugal, na Av. da Boavista, próximo do cruzamento com a Av. Marechal Gomes da Costa. Refira-se que nos meses de Junho, Julho e Setembro, os encontros têm lugar no Clube de Vela Atlântico, na Av. da Liberdade, em Leça da Palmeira.

Exceptuando alguns jantares temáticos já organizados, a grande maioria destas iniciativas visa o convívio entre os participantes, proporcionando o estabelecimento de um verdadeiro "Espírito da Reserva Naval" sob a égide do qual se analisam os mais diversos temas da actualidade para além de se contarem as estórias mais marcantes da nossa passagem pela Marinha.

O "Polo Norte" tem vindo a contar com um número significativo de reforços e, em média, as presenças contam-se entre os 10 e os 20 participantes.

Nas duas últimas reuniões e, sem prejuízo de outros temas, discutiu-se a "Política de Comunicação" da Marinha. No passado dia 15 de Setembro contámos com o porta-voz do Chefe do Estado-Maior da Armada, CTEN Santos Fernandes.

## NÚCLEO DA MADEIRA

O texto que a seguir publicamos, com a colaboração do Barata da Silva e que não pode ser transcrito na íntegra, revela bem o interesse e o potencial deste "Núcleo". Além dele identificamos ainda o José Jesus, o Jorge Jardim Fernandes e o Paulo Silva. Temos nos registos mais seis camaradas que ainda não são sócios.

«O propósito da travessia em prancha à vela entre a Ilha de Madeira e as Selvagens, situadas 163 milhas a sul da primeira, era duplo. Por um lado, divulgar estas ilhas, um santuário de biodiversidade, e que têm por isso mesmo uma importância extraordinária em termos de património natural do Arquipélago da Madeira. Para manter, preservar e divulgar este património regional, está o Serviço do Parque Natural da Madeira, que tem vindo a desenvolver há quarenta anos a esta parte, um trabalho fabuloso. Além deste vector, as Selvagens são extraordinariamente relevantes do ponto de vista geo-estratégico para Portugal. Por outro lado, pretendia-se celebrar os quarenta

anos desde que estas Ilhas foram consideradas Reserva Natural, a primeira reserva de Portugal, no ano de 1971. Finalmente, nada como assinalar os meus quarenta anos, com uma travessia em prancha à vela, ligando a minha terra natal a este paraíso plantado a meio do oceano Atlântico.

(...)  
Para além do meu treinador de sempre, José Gouveia, do Skipper João Marques da embarcação que nos acompanharia – a "Freira do Bugio", um semirígido de oito metros e um motor central de 320 HP – do fotógrafo Henrique Seruca, que com o seu enorme e inesgotável entusiasmo nos dava garantias de estar à altura e do enfermeiro da EMIR, Aleixo Pestana, faltava-nos um elemento que agregasse toda esta equipa. Não foi preciso pensar muito. O Navegador desta travessia só poderia ser o Joaquim Barata da Silva, Oficial Fuzileiro da Reserva Naval, que não só pelo seu percurso profissional, pela sua experiência em anteriores travessias desta envergadura, mas acima de tudo,



*pela sua maneira de estar na vida e postura altamente profissional com que sempre desempenhou as funções que se lhe foram deparando ao longo da vida. E estávamos absolutamente certos!*

*A travessia revelou-se mais traiçoeira do que à partida esperávamos. E não fosse a preparação minuciosa que todos estes elementos fizeram da travessia, sempre coadjuvados pela equipa de terra do Serviço do Parque Natural da Madeira e ainda pela Marinha de Guerra Portuguesa, e a travessia não teria chegado a bom porto. Foi essencial o trabalho dos cinco elementos da embarcação "Freira do Bugio", sob o Comando do Joaquim Barata da Silva.*

(...)

*Mas o certo é que, nas alturas mais difíceis, sobressaem os melhores. (...) É muito a eles que se deve o sucesso desta fantástica*

*aventura e efectivamente, todos os objectivos a que nos propusemos, foram alcançados.*

(...)

*O mar sempre desempenhou um papel fundamental para os ilhéus. Aprendemos a desfrutá-lo, admiramo-nos com a sua majestade e aprendemos a respeitá-lo. Mas também é no mar que muitas vezes se criam laços de amizade que perduram para a vida. E não tenho dúvida que aquelas dez horas passadas no mar; entregues a nós próprios, onde cada um desempenhou as funções que lhe estavam destinadas com mestria e bravura, ligaram para sempre seis homens do mar. Bem hajam!»*

João Rodrigues

## GRANEL DAS BEIRAS

**P**or motivos de saúde do actual líder, o João Mexia, que sucedeu ao Agostinho Almeida Santos quando este assumiu a Direcção dos HUC, o Núcleo perdeu algum dinamismo. No entanto, vamos tentar que esta fase seja rapidamente ultrapassada, contando para isso com o enorme potencial dos camaradas que aderiram ou com aqueles que vierem a aderir, conforme esperamos, ao "Granel das Beiras".

Além dos já referidos João Mexia e do Agostinho Almeida Santos, identificamos na "àrea de influência deste Núcleo" os seguintes sócios: Manuel Porto, Luís Pato, João Paulo Craveiro, Manuel Queiró, Luís Requicha Ferreira, José Pedro Côte-Real, Carlos de Melo Pereira, Júlio Pedrosa, Luís Fonseca e Castro, Fernando Rocha, João Pontes Amaro, Carlos Lopes, João Maia

de Carvalho, António Henriques, Francisco Madeira, António Simões Vieira, Paulo Santos, Jorge Esteves, João Pires da Rosa, Fernando Serrasqueiro, Joaquim Borges, Manuel Jorge, Rui Pais dos Santos, Joaquim Borges Aires, Valdemar Tabora, Manuel Morgado, António Moço, Rui Correia, Elísio Carmona, Luís Ferreira Marques, Jorge Costa, Manuel Valente, António Tabora, Francisco Paradela, Duarte Drummond, Jorge Sinde Monteiro, Carlos Alberto Maia Teixeira, Mário Loureiro, José Luís Alves e João Pedro Moura.

Como se pode ver, uma equipa fortíssima em quem confiamos para dar continuidade ao projecto do "Granel das Beiras", no âmbito da actividade dos Núcleos.

## POLO SUL

**E**ste Núcleo, abrangendo uma vasta área, engloba camaradas do Alentejo e Algarve o que dificulta, em muito, a possibilidade de encontros frequentes.

Tal circunstância, torna as iniciativas bastante limitadoras em termos de participação, colocando até em risco a própria "sobrevivência" do "Polo Sul", apesar dos grandes esforços de resistência por parte do Hélio Cartaxo.

Atenta a tais constrangimentos, a Direcção está procurar soluções que possam contribuir para uma mais efectiva dinamização das actividades, tentando, a partir daí, trazer mais sócios e simpatizantes da AORN para o projecto.

Além do Hélio Cartaxo, estão identificados na "Área de influência do Núcleo" os seguintes sócios: Jorge Guerreiro, António Forjaz Trigueiros, Fausto Nascimento, João Fonseca Leite, Ana Carla Marques Pereira, Dário Cardador, Mário Travassos Martins, Luís Roma, Carlos Gomes, Raúl Vidal, Ruy George Barros, Joaquim Barrocas, Pedro Bouzon, Joaquim Gomes, Orlando Leitão, António Cruz, José Souza, Vitor Guita, Francisco Lopes, Daniel Maymone, Emídeo Serrano, Carlos Cunha, Eurico Marques Antunes, Fernando Pereira Coutinho, João Canada, Mário Ferro e Jorge Reis.

Contamos convosco e estamos certos que não deixaremos desparecer o "Polo Sul".

## NÚCLEO DE SETÚBAL

**C**om base num empenhado e persistente trabalho do João Almeida têm vindo a ser encetadas diligências tendentes à criação do Núcleo de Setúbal da AORN, o que temos esperança venha a acontecer em breve, visto contarmos, localmente, com os seguintes sócios: Amílcar Garcia, Luís Baptista Alves, Manuel Mateus, João Manuel Esteves, Ângelo Gromicho, Artur Sequeira de Brito, Júlio Salvaterra Correia, Fernando Fonseca, Mestre Silva.

Para além dos camaradas acima referidos, outros há na margem sul que residem mais perto de Setúbal do que de Lisboa, a quem apelamos a que adiram ao Núcleo.

## GRUPO DO CMN

**L**ast but not least, o "Grupo do CMN" que, embora nunca se tendo constituído como tal, revela ter espírito e prática de um verdadeiro núcleo. Liderado pelo Sarmento Coelho após a morte do Ricardo Campos, conta, desde a primeira hora, com presença assídua do nosso Sócio de Mérito, CALM Espadinha Galo.

O Grupo reúne-se no Clube Militar durante um almoço que se realiza nas primeiras quintas-feiras de cada mês, data que coincide com a das reuniões mensais da Direcção da AORN.

Um bom exemplo de como se mantém na prática o Espírito da Reserva Naval.

# EVENTOS DA MARINHA

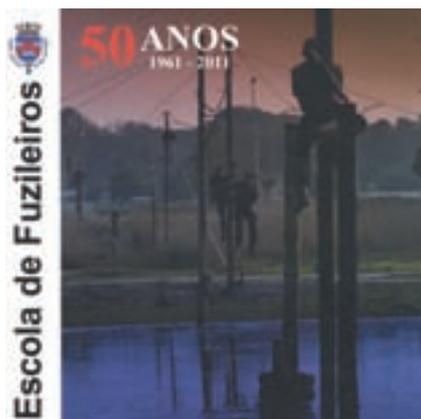
## DIA DA MARINHA



O Chefe do Estado-Maior da Armada, ALM Saldanha Lopes, a 22 de Maio deste ano, em Setúbal, na sua alocução alusiva ao Dia da Marinha, afirmou a dado passo: *“contudo, não posso escamotear as crescentes dificuldades que temos sentido devido ao arrastamento de alguns programas que visam a substituição de meios navais de capital importância para a manutenção de um dispositivo eficiente e eficaz”*.

A presidir às cerimónias militares, esteve o então Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Augusto Santos Silva que, depois de agradecer à Marinha de Guerra portuguesa o seu empenhamento, sustentou que se tratava de *“uma palavra de compromisso”* da própria Nação *“com o desenvolvimento das suas Forças Armadas e com o desenvolvimento da Marinha de Guerra”*.

## “ESCOLA DE FUZILEIROS COMEMORA 50 ANOS” E “O DIA DO FUZILEIRO”



Capa do livro lançado por ocasião das comemorações do 50º Aniversário da Escola de Fuzileiros



Condecoração do Estandarte da Escola de Fuzileiros pelo Ministro da Defesa Nacional

Integrado nas comemorações dos *“50 Anos da Escola de Fuzileiros”*, cuja cerimónia se realizou na Escola de Fuzileiros no passado dia 3 de Junho com a presença de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional, teve lugar no Barreiro a inauguração de um *“Monumento ao Fuzileiro”* no *“Dia do Fuzileiro”*, antecipado para o dia 2 de Julho para poder contar com a presença de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República.

Sobre estes eventos foram feitos três excelentes artigos da autoria dos nossos camaradas Serafim Lobato e Tânia Alexandre, neste caso com fotos da Margarida Palma, que serão brevemente disponibilizados na íntegra em [www.reservanaval.blogspot.com](http://www.reservanaval.blogspot.com).



O ALM CEMA com S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República



O recém inaugurado “Monumento ao Fuzileiro”

## NOTAS SOLTAS

### SOBRE UM HOMEM EXCEPCIONAL, CIDADÃO DO MUNDO



António Henrique Rodrigues Maximiano  
(1946-2008)

Continua a ser muito difícil, para mim, falar publicamente do António, Max para os amigos, porque se mantém incólume a dor da sua ausência.

A sua partida brutal, transformou-me numa pessoa mais triste e mais pobre...

António era um Ser Humano de excepção, como “pai”, como marido, companheiro, amigo, como Homem!

Amava a vida, adorava a família, dava a vida, a liberdade, o conforto pelos amigos e por aqueles que respeitava e admirava!

Tinha uma inteligência viva e criativa que sempre colocou à disposição da sua profissão, que muito respeitava, e da família e amigos que adorava.

Tinha uma boa disposição permanente, um humor fino, crítico e perspicaz!

A sua luta era a da defesa dos direitos Humanos. Preocupava-se e buscava em toda a sua vida, pessoal, profissional, social e expressão política, uma justiça de rosto humano, de e para o Ser Humano concreto!

Os seus últimos anos de vida dedicou-os à defesa dos direitos fundamentais do cidadão e prestígio das forças de segurança, que considerava essenciais à concretização de uma sociedade intrinsecamente democrática e de direito.

Pelo comportamento dos seus agentes, que desejava respeitoso, educado, cumpridor

dos deveres de cidadania e de autoridade para com os cidadãos, pretendia o prestígio do País, internamente e além fronteiras, alcançar o respeito dos cidadãos para com uma polícia, que queria cada vez mais próxima do colectivo que somos.

O seu sonho, e creio que o alcançou, foi alterar o sentimento de “medo” do cidadão para com a polícia pelo de segurança, conforto e confiança.

Que uma criança, um jovem, um cidadão que visse um polícia se sentisse protegido e confiante e não receoso, ou até com medo, era o seu maior anseio, como frequentemente dizia.

*“Ficarei satisfeito quando o velho hábito de se ameaçar com a polícia a criança que se porta mal for substituído pelo conselho, de, se sentir desprotegido ou inseguro, vai ter com o(a) polícia”, repetia.*

Hoje, estaria com certeza, feliz porque o seu objectivo de vida e de trabalho se vem alcançando cada vez mais visivelmente.

Como Ser Humano, era de especial elevação.

Reconhecia o mérito dos outros, elogiava-os, crescia com eles! Por isso que uma particular amiga e sua colaboradora dizia que o António conseguia que as pessoas que com ele trabalhavam se sentissem fantásticas e excepcionais no desempenho!

Em casa, conjugava a sua humanidade, a sua sensibilidade, o seu amor pela família, pela Natureza, pelo seu espaço, pela beleza do seu cantinho em Galamares, com uma inteligência superior, prática e disciplinada.

O que era para fazer, era já e não amanhã. Era implacável nessa decisão.

*“Amanhã posso esquecer-me ou ser tarde demais”!*

Acarinhava uma flor, tratava do seu jardim, perdia-se no gosto pela pintura e leitura tanto quanto era inflexível na denúncia da falta de carácter de uma pessoa.

Frontal, demasiado brutal, por vezes, não perdoava a mentira, a traição, a ambição

desmedida e sem princípios, não admitia faltas de carácter e baixaza de procedimentos.

Tanto, quanto admirava, respeitava e elogiava quem era leal, corajoso, lutador e defensor de princípios que entendia iluminar a vida de um Ser Humano.

Solidário, companheiro, sincero, amigo sem limites ou condicionantes! Determinado.

Amante da beleza e da natureza humana.

A pintura, a poesia, a escultura, a verdade, a amizade, o amor, o profissionalismo.

Era um Homem das grandes decisões, definição e luta pelos objectivos estratégicos que definia, amante da discussão jurídica e descoberta de novas soluções justas e especificamente adequadas ao caso concreto. Sempre determinado e sempre na primeira linha na defesa da Vida, da Família, dos Amigos da transparência, da Verdade!

Um dia um amigo propôs-lhe escrever umas palavras para apresentação de um livro sobre a obra do pintor Luís Ralha. António tinha por este artista excepcional uma admiração e um carinho indescritível. Íamos de férias. Em Espanha, quis, desde logo, anotar os tópicos para a sua



O jovem Max



*O cadete Rodrigues Maximiano*

reflexão. Onde quer que estivesse, surgiam-lhe os pensamentos, os raciocínios, as decisões, as hipóteses, os juízos. E de uma beleza e profundidade sufocantes! Não escrevia bem! O formalismo da prosa não se compadecia com a sua fulminante e fulgurante imaginação, com a sua particular e excepcional capacidade de fazer brotar do pensamento a ideia certa e profunda, mas sempre embrulhada numa carícia e ternura, só possível num Ser Humano como ele. Incapaz de ele próprio escrever a sua prosa, ditava-a a mim, aos amigos...

As suas ideias, os seus pensamentos, traduziram sempre a poesia que lhe ia na alma! Até os textos de direito eram impregnados de Humanidade, preocupação com o Ser Humano que erigia como deus do mundo e da vida.

Voltando à introdução da obra de Luís Ralha, em Espanha, em férias, “obrigou-me”, no 2.º dia de estadia, a recolher, em papel, tipo “spots”, o seu pensamento e os seus sentimentos sobre o Artista! Fiquei estupefacta pela torrente de palavras que do seu pensamento brotavam, como rio que corria largo e rápido para o mar – foi a imagem que me ocorreu – de uma beleza, de uma força, e simbolismo só possíveis num Homem único, no seu amor, na sua entrega à vida que amava.

Os jovens ouviam-no, procuravam-no, admiravam-no e o António sempre feliz e bem disposto, distribuía-lhes esperança, princípios e valores nas suas conversas envoltas em ternura e carinho. Temas como a História, a Filosofia, a Poesia, a Pintura, os direitos da diferença e das minorias, os princípios e valores universais por que cada um devia lutar eram recorrentes nas suas conversas!

Como Ser Humano, obviamente tinha os seus defeitos e cometia erros, mas perante a sua grandeza, dimensão humana, superioridade intelectual e capacidade de amar e ser solidário, posso dizer que o seu defeito maior era não contemporizar, perdoar ou minimizar a mediocridade, a ambição desmedida, a cobardia, as pessoas sem verticalidade e mercantis nos seus princípios e valores.

Então, era quase cruel. Por isso que deixou um rasto enorme de admiração, respeito, amor, amizade e saudade na generalidade de todos quantos o conheciam ou com ele privaram e um pequeno ciclo de gente menor que nunca lhe perdoou a franqueza, e a frontalidade, a sinceridade e a avaliação realista mas radical, com

que tratava os assuntos que considerava fundamentais e essenciais a uma vida feliz, aberta, fraterna e humanista.

Adorava a sua profissão de Magistrado Público, que abraçou conscientemente, querendo fazer dela uma referência para o País e desenhar para os seus agentes uma intervenção, iniciativa e imediação que espelhasse um Magistrado Público, como magistratura democrática e autónoma orientada sempre em busca do farol da Liberdade e da Justiça concreta para o Ser Humano concreto.



*Na sua casa, o jovem casal  
Cândida Almeida/António Rodrigues Maximiano*

Envaidecia-se por ter prestado serviço militar na Marinha e orgulhava-se de fazer parte do grupo fundador da AORN que liderou.

Gostava de trabalhar em colectivo, com disciplina e objectivos claros e bem definidos.



*Cândida Almeida e Rodrigues Maximiano em viagens com a filha, enquanto criança e... já na adolescência*



É inevitável surpreender na forma de estar e actuar, tanto na sua expressão profissional quer na sua vertente privada, uma matriz e influência fundamental que a sua passagem pela Marinha deixou cinzelada indelevelmente nos princípios e valores que sempre o norteou e acompanhou até à sua partida.

A camaradagem, a solidariedade, a lealdade e a coragem que enformaram a vida de António Rodrigues Maximiano são virtudes que (re)colheu e desenvolveu com a sua passagem pela Marinha que sempre honrou, defendeu e de que se orgulhou e envaideceria.

Enfim, são desajeitadas, insuficientes e anárquicas estas pequenas notas sobre um Ser Humano que tanto amou a vida mas, falta-me o “engenho e arte” para expressar a minha admiração, amor, respeito e saudade por quem tanto me deu.

*Cândida Almeida*



*Numa recepção, o casal Cândia Almeida e António Rodrigues Maximiano*

## ANTÓNIO RODRIGUES MAXIMIANO E A AORN

António Rodrigues Maximiano integrou um grupo de antigos oficiais da Reserva Naval que fundou a AORN – Associação dos Oficiais da Reserva Naval, em 14 de Julho de 1995, tendo sido Presidente da Direcção desta associação, até Março de 2002.

Foi Procurador Geral adjunto, tendo exercido o cargo de Inspector-Geral da Administração Interna (IGAI), de 1996 a 2005.

Pautou a sua acção, por critérios bastante exigentes na actuação das forças policiais. Jubilado em 2005, foi ainda vogal do Conselho Superior do Ministério Público culminando uma carreira brilhante ao serviço da Magistratura.

Dinâmico e emotivo, era dotado de um sentido crítico e inteligência notáveis, conferindo-lhe grande acuidade e acutilância profissionais, qualidades que colocou permanentemente ao serviço da cidadania que defendia, no combate à corrupção.

Oficial da Reserva Naval da Marinha de Guerra do 20.º CFORN, ingressou na Escola Naval em 1972. Promovido a Oficial no mesmo ano, foi destacado para

o Comando Naval de Angola onde desempenhou as funções de Chefe dos Serviços Jurídicos, até Novembro de 1974.

Entre amigos, que até colaboravam na manutenção e desenvolvimento do seu gosto por gravatas extravagantes, era familiarmente conhecido por “Max”.

Vítima de doença prolongada, faleceu em 16 de Março de 2008 e a Reserva Naval ficou mais pobre por ter perdido um Camarada, Dirigente e também Amigo.

*Manuel Lema Santos  
8.º CEORN*



*Foto do grupo de Fundadores da AORN - Associação dos Oficiais da Reserva Naval, com destaque fotográfico em baixo à direita para António Rodrigues Maximiano*



## A FILATELIA E O MAR



**N**ão é possível pensar em Portugal sem que a mente nos transporte de imediato para a visão repousante do mar e o harmonioso marulhar das ondas. Nem a nossa história, os nossos usos e costumes, a nossa economia, cultura e gastronomia, seriam o que são hoje sem a influência omnipresente do Oceano Atlântico, que estende o seu esplendor da nossa costa até para lá do horizonte.

Ouro, especiarias e conhecimento náutico acompanhado pela dor e pela morte, de tantos naufrágios, foram o dote deste casamento entre Portugal e o Mar, celebrado em terra firme, olhos postos no céu, pois era pelos astros que as caravelas se governavam, viajando em núpcias pelo mar fora, naqueles tempos de aventura e pioneirismo.

Hoje, continuam a ser múltiplas as razões de toda a ordem para que o mar seja uma prioridade e desígnio nacional. E como a soberania plena só pode ser exercida com eficácia e efectividade sobre território que se conheça bem, as Ciências do Mar nas suas variedades da Oceanografia, Biologia e Economia Marítima, devem constituir prioridades absolutas para que Portugal exerça um domínio legítimo e sustentável sobre a sua costa, as suas águas territoriais e ZEE, hoje 200 milhas mas, em breve, assim esperamos, ainda mais extensa, como é preconizado e desejado por todos os quadrantes da vida nacional.

De facto, o Professor Manuel Pinto de Abreu, responsável pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), apresentou a 4 de Abril de 2010 nas Nações Unidas, os fundamentos jurídicos, científicos e técnicos da candidatura nacional à extensão da plataforma continental, das 200 milhas – correspondentes aos limites da actual Zona Económica Exclusiva, – para as 350 milhas, ou até 100 milhas para além da batimétrica dos 2500 metros. O mesmo cientista, numa síntese feliz, disse aos órgãos de informação: «Ainda está por descobrir o primeiro metro quadrado no fundo do oceano sem interesse».

A Filatelia não foi mais, desde a criação do 1.º selo português, em 1853, do que o espelho daquilo que de melhor se faz em Portugal, cumprindo com o estabelecido no Estatuto do Selo Postal Português, traduzido no propósito prioritário de evocar, nas suas edições e nas emissões de selos de cada ano, personagens, criações, efemérides, histórias e patrimónios do maior relevo internacional e que fazem parte do que há de mais profundo e genuíno na tradição, na cultura e na alma portuguesas.

Desta forma, o Mar, este mar português, não poderia estar ausente das nossas criações. Desde sempre, ou quase sempre, que o mar foi protagonista da Filatelia portuguesa.

Tentemos agora recordar a contabilidade das emissões e selos individuais, fazendo ressaltar a temática do Mar, incluindo-se emissões comemorativas e emissões base.

Conclui-se que, entre 1853 e 2011, fizeram-se 1003 emissões de selos nacionais, das quais 91 estão directamente ligadas ao mar (9,03%). O tema do mar, de todas as formas de que se revestiram as suas declinações exclusivas – navegadores, cartografia, biologia marítima, animais marinhos, navios, descobrimentos, instrumentos náuticos, pescas e desportos náuticos, entre outros – foi, de longe, o mais frequente na Filatelia lusitana. Numa cadência que se tem vindo a acelerar, verifica-se que, das 91 emissões desde 1853, 29 saíram a público nos últimos 10 anos.

Constituem alguns marcos importantes desta ligação inicial dos selos de correio ao mar as seguintes emissões do período clássico:

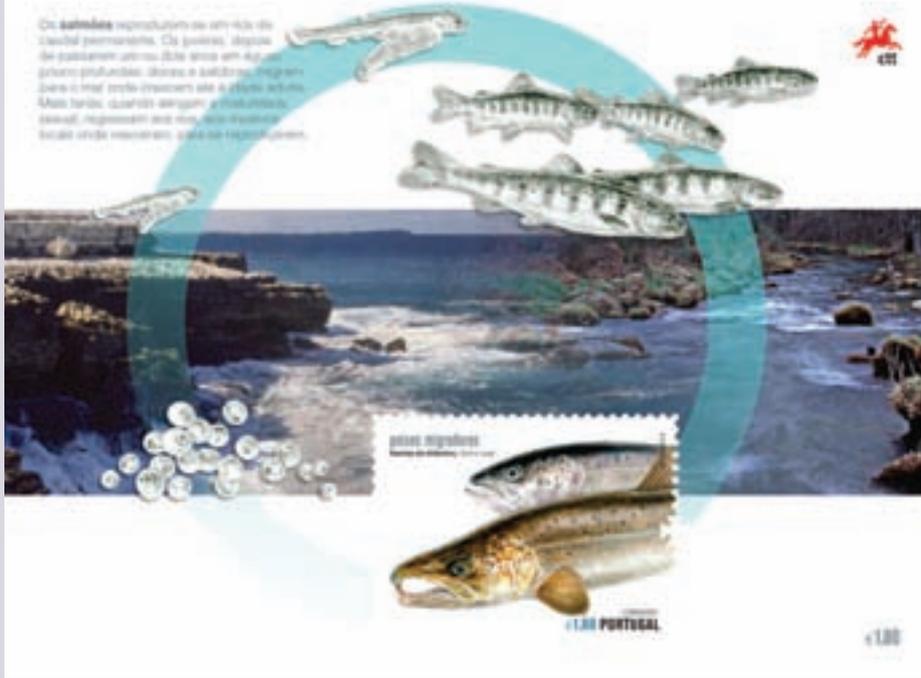


 **Oceanário de Lisboa**  
*Sempre diferente.*

O Oceanário de Lisboa, a "jóia da coroa" da Expo'98, foi visitado, desde a sua abertura, em 1998, por mais de 8 milhões de pessoas, que mergulharam no maravilhoso mundo marinho, surpreendendo-se com a visão exaltante de 16.000 seres vivos pertencentes a 400 espécies. Concebido pelo arquitecto norte-americano Peter Chermayeff, o Oceanário de Lisboa desenvolve um papel relevante no progresso científico da Biologia Marinha e das Ciências do Mar e partilha com a comunidade escolar, através do Programa Educativo, a sua acção na crescente sensibilização das crianças e jovens para o reconhecimento da responsabilidade da humanidade na defesa e conservação do meio oceânico.

Portugal €1,50

CTT CORREIOS



1894 – 5.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique, de Mestre José Veloso Salgado (a primeira emissão comemorativa de selos de correio em Portugal que não era constituída pela efigie do monarca reinante).

1943 – *Caravela*, de Jaime Martins Barata (o desenho clássico do Mestre Martins Barata, consultor de arte dos CTT).

1945 – *Navegadores Portugueses e 1.º Centenário da Escola Naval*, ambas de Jaime Martins Barata, também.

Já mais perto de nós, referimos 2010 e 2011 e alguns dos temas emitidos nesses anos com recorte decididamente «marítimo»:

2010 – *Invertebrados Marinhos dos Açores, 50 Anos do Instituto Hidrográfico e 150 Anos do Tratado de Amizade entre Portugal e Japão*.

2011 – *Peixes Migradores, Emissão Conjunta Portugal/República da Coreia – 50 Anos do Estabelecimento das Relações Diplomáticas, 50 Anos da Escola de Fuzileiros, Emissão Conjunta Portugal/Tailândia – 500 Anos da Chegada dos Portugueses ao Sião e do Estabelecimento das Relações Diplomáticas e Património Baleeiro – Açores*.

Mas nem só de selos vive a Filatelia dos CTT. Com uma obra editorial extensa (mais de 100 títulos desde 1983), os Serviços de Filatelia criaram uma imaculada reputação na edição de livros de qualidade, de exigência na escolha dos autores e dos temas e de adequação dos conteúdos ao público em geral. Se retirarmos da análise dos temas dos nossos livros o nosso *Portugal em Selos*, que, pela sua génese como “year book” contendo a produção filatélica integral de cada ano, não deve ser classificado como livro temático, podemos afirmar que dos 45 títulos sobranes 13 têm a ver com o mar, destacando-se *Traineiras da Costa Portuguesa*, do Arquitecto Lixa Felgueiras, 1994, Prémio da APEL nesse ano, bem como todos os livros que dedicámos aos Descobrimentos Portugueses, sob a orientação do ilustre Professor Doutor Luís de Albuquerque, ou todos os que o Comandante Estácio dos Reis escreveu para nós sobre as matérias da sua especialidade, como *Medir as Estrelas* e *O Observatório Real de Marinha*.



Em suma, serão múltiplas as razões pelas quais o mar ressurge em diversos vectores da vida portuguesa com a importância que lhe é devida, e a Filatelia não é, nem foi, excepção. Podemos, até, afirmar que fazer selos e livros a «saber a mar e a cheirar a mar», tal como investir nas ciências náuticas *lato sensu* e ampliar o conhecimento do «mar português», será talvez a melhor forma de homenagear os antigos navegadores do astrolábio e do biscoito de Vale do Zebro, heróis que, parafraseando Camões, «... por obras valerosas se vão da lei da morte libertando».



## “A MELHOR FORMA DE O “MANTER VIVO” ENTRE NÓS É PROCURAR CONSOLIDAR A AORN, INSTITUIÇÃO A QUE ELE SE DEDICOU SEMPRE DE ALMA E CORAÇÃO”



Artur Santos Silva (\*)

1) *Como verificou, durante o curso, que o Ernâni Lopes era uma personalidade excepcional no conjunto daqueles cadetes seus camaradas?*

Ernâni Lopes cedo revelou no curso feito na Escola Naval, durante 6 meses, ser um homem de dimensão rara. Integridade de carácter, firmeza de convicções, valores muito sólidos, grande lealdade, sentido de serviço e de rigoroso cumprimento do dever, muito inteligente, excepcional capacidade de trabalho, simples e afável, humano, respeitado também pela sua natural capacidade de liderança, quer por nós, quer também nas relações com os cadetes de carreira, onde gozava de grande prestígio.

2) *Recorda-se de algum episódio que possa reflectir a forma como Ernâni Lopes terá interpretado a sua passagem pela Marinha em cumprimento do Serviço Militar Obrigatório?*

Foi com a maior naturalidade que todos antecipámos que o Ernâni seria o vencedor do Prémio da Reserva Naval, anualmente atribuído. Não pela sua performance nas actividades físicas, onde era dos que menos se distinguia, mas pelo aproveitamento excepcional que revelava nas matérias teóricas onde era sempre um dos melhores e, em especial, pela forma como se distinguia em espírito militar.

Recordo bem o esforço extraordinário que estoicamente realizava, treinando para melhorar os resultados nos seus testes de ginástica. Nunca esquecerei a nossa viagem de um mês, no final do Curso, na Fragata “Diogo Cão”, durante a qual todos enjoámos imenso sobretudo até à Guiné. O Ernâni, mesmo assim, era o único que com o maior sacrifício não deixava de cumprir todas as tarefas que lhe estavam atribuídas nos turnos à ponte – no leme, no sonar ou nas agulhas.

3) *Em que medida o SMO contribuiu para o sentido de Estado que vos caracteriza e, em particular, o Ernâni Lopes?*

Estou certo que todos beneficiámos muito com a passagem pela Marinha, reforçando o espírito de disciplina, a capacidade de organização, o rigor na execução de tarefas, o companheirismo e espírito de equipa, a pontualidade e o respeito pelos outros. Gostaria de destacar a forma como nos relacionámos com as guarnições, fossem oficiais, sargentos ou praças. A Marinha era e é uma arma de elite em que a preparação para vivermos numa embarcação, mais isolados, fomenta o relacionamento com os outros, o bom entendimento, a solidariedade e a procura de compromisso na forma de estar e de agir. E estas preocupações, seguidas ao longo da vida, foram, são e serão regras de conduta da maior valia.

Gostaria de salientar que, quando em boa hora o Ernâni Lopes foi convidado para Ministro das Finanças do Governo do Bloco Central – e onde revelou publicamente a sua excepcional dimensão de estadista num período dramático da nossa História mais recente –, deu uma entrevista ao “Expresso” onde confessou o quanto tinha beneficiado na sua passagem pela Marinha e como procurava no seu quotidiano respeitar os princípios do rigor, de bem executar as missões profissionais, na linha do que tinha aprendido a saber valorizar na sua passagem pela Marinha (“talent de bien faire”, o lema da Escola Naval).

4) *A hierarquia da Marinha (professores, formadores, comandantes) considerava, naquela altura, Ernâni Lopes um jovem oficial que se destacava?*

Foi logo evidente que os nossos excelentes professores – como os Comandantes Leão dos Anjos e Diogo Afonso, bem como o nosso Director de Instrução, o Comandante Seixas Louçã, que com todos nós tinha um excelente relacionamento – viam no Ernâni uma pessoa de eleição. A forma como o ouviam, o claro reconhecimento da sua superior estatura moral e intelectual era claramente percebido.

Também durante a nossa viagem no final do curso, o Comandante da “Diogo Cão”, Vasco Rodrigues, que tinha sido Governador da Guiné, e o Oficial chefe do serviço A/S, tenente Leiria Pinto, tinham longas conversas com o Ernâni que revelavam a estima que também lhes merecia.

(\*) Artur Santos Silva foi camarada de curso de Ernâni Lopes, seu companheiro de militância política, amigo de uma vida quer na privacidade, quer na carreira profissional. Foi, pois, convidado pela Revista da AORN para ser entrevistado, precisamente, sobre o seu curso e a vida militar na Marinha, convite que aceitou de imediato. E deixou uma mensagem, como legado, para a instituição que ajudou a criar: consolidar a AORN.

### 5) *Sentindo-se já a ausência do Ernâni, o que devemos fazer (AORN) para o "manter vivo" entre nós?*

O Ernâni soube criar com muitos de nós uma amizade que se aprofundou ao longo da vida. Para além dos que já eram seus colegas na licenciatura no ISEG, os três licenciados em Direito – Rui Machete, Bernardo Lobo Xavier e eu próprio – viemos a desenvolver especialmente com ele e entre nós relações de grande amizade.

Desde o início da minha carreira bancária, que logo se seguiu à conclusão do SMO, contactava com frequência o Ernâni para melhor perceber certas crises cambiais – v.g. da libra, do dólar, do franco francês – ou a evolução da nossa situação política e económica.

Depois da Revolução de 25 de Abril tivemos um trajecto político comum no PPD de que ambos nos viemos a desligar.

Na carreira diplomática como Embaixador em Bona, muito me ajudou a abrir portas junto de investidores institucionais quando iniciei o projecto que conduziu à criação da SPI, hoje BPI. Mais tarde, foi com o seu apoio, como Embaixador junto das Comunidades Europeias, que consegui estabelecer uma relação de grande profundidade com o Banco Europeu de Investimento, a qual ainda hoje se revela de primeira importância.

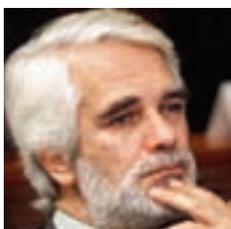
Pela vida fora mantivemos estreitos contactos profissionais e pessoais que me levam a considerar Ernâni Lopes um dos nossos melhores – Homem Bom e Homem de Bem. Com um sentido do bem público insuperável. Com uma Fé inabalável e uma coragem moral invulgar.

A melhor forma de o “manter vivo” entre nós é naturalmente recordar o seu exemplo e, em especial, procurar consolidar a AORN, instituição a que ele se dedicou sempre de alma e coração.

O seu saber e paixão pelo Mar, grande recurso natural do nosso País tão insuficientemente explorado, devem estimular muitos de nós a aprofundar o nosso interesse para esta área tão importante e necessária valorização do nosso património e das nossas riquezas.

A AORN devia manter na sua agenda permanente iniciativas com vista a discutir e a estudar a estratégia do Mar.

## QUANDO O INTERESSE NACIONAL ESTAVA EM JOGO, NÃO HAVIA COMPROMISSO



António Marta

O Ernâni (sem h, como sempre dizia a quem lhe punha aquele “prefixo”) era um Homem (aqui sim, com um H e grande) multifacetado. É, portanto, difícil falar dele em espaço tão curto!

Convivi com ele como aluno – em que tive de suportar uma oral de 45 minutos para subir a nota de Doutrinas de 14 para 15 e, mesmo assim, só o consegui à custa de uma dissertação sobre Stº Agostinho... – como assistente, numa equipa de mais de uma vintena, que passou muitas horas de rabo para o ar num imenso corredor a fazer colecções de “Unidades Lectivas” para distribuir aos alunos e, numa fase posterior, como mem-

bro de um conjunto de pessoas que negociaram a nossa Adesão às Comunidades Europeias. Felizmente, esta convivência transformou-se numa sólida e tolerante amizade recíproca.

Dos muitos desafios em que com ele participei, lembro-me de um que não é muito conhecido e caracteriza bem a sua firmeza quando estava convencido de ser esse o caminho certo para defender os interesses de Portugal.

Estávamos no primeiro trimestre de 1985, com uma data já escolhida para a assinatura dos Tratados da nossa adesão à CEE – Junho desse ano – para que a entrada efectiva ainda pudesse ser, em simultâneo com a Espanha, em Janeiro de 1986. Era, supostamente, a última ronda ministerial e só faltavam os “dossiers” das Pescas e das Relações com a Espanha.



Ernâni Lopes, ladeado por António Marta e Cabral da Fonseca (Director Geral do Secretariado para a Integração Europeia)



Na assinatura do Tratado de Adesão à CEE, em 12 de Junho de 1985: Ernâni Lopes, Rui Machete, Mário Soares, Jaime Gama e António Marta

era a maneira que os Estados Membros tinham encontrado para, durante um período transitório de 7 a 10 anos, se verem livres da ameaça da frota pesqueira espanhola.

Combinámos que eu iria para dentro e apenas diria que não tinha delegação para “negociar” uma proposta nova que nada tinha a ver com os múltiplos contactos e trocas de correspondência anteriores e que, portanto, todo o “dossier” tinha que “transitar” para a reunião de Ministros.

Passadas algumas horas, a Delegação portuguesa foi convidada para a reunião de Ministros (dos Negócios Estrangeiros) com o Sr. Andreotti na Presidência dos Estados Membros e o Ernâni na Presidência da Delegação do candidato Portugal.



A equipa envolvida nas negociações

As reuniões ministeriais eram precedidas de reuniões de suplentes (os Representantes Permanentes dos 10 Estados Membros e a Comissão, por um lado, e os Secretários de Estado dos Candidatos com a sua equipa, por outro) nas quais se “partia pedra” e se deixavam apenas algumas questões para “Ministro decidir”.

Quando a Comissão que dava o apoio técnico aos Estados Membros nos apresentou, na própria reunião, o que era totalmente inédito, a sua proposta para encerrar o “dossier” Pescas, pedi um período de quinze minutos para tomarmos conhecimento da Proposta. Não foi preciso tanto tempo para que a delegação portuguesa ficasse estupefacta e olhássemos incrédulos uns para os outros. Com efeito e para resumir, a proposta consistia em que nem Portugal pescava nas águas comunitárias, nem os Estados Membros pescavam nas nossas águas; por outro lado, os espanhóis também não pescariam em águas comunitárias. Mas, em contrapartida, a poderosa frota espanhola poderia pescar, sem restrições, nas águas portuguesas!! Foi também referido, “*en passant*”, que os espanhóis, que também tentavam nesse momento e lugar encerrar as negociações, já tinham aceite aquela proposta e com o nosso “sim” encerrar-se-iam as negociações e íamos todos beber o “champanhe”. Além de inaceitável, a proposta fazia tábua rasa de todas as posições acordadas em negociações anteriores sobre este assunto. Pedi uma interrupção, saí e fui falar com o Ernâni que esperava notícias com o seu inseparável cachimbo. Entendeu, de imediato, que aquela proposta

A reunião começou com o Presidente Andreotti a apresentar a “excelente” proposta que poria fim às negociações dos dois candidatos, que tinha sido feito um grande esforço para ir ao encontro das preocupações de Portugal,...., blá blá, blá blá, blá blá.

Depois de um intróito demorado e realçando, repetidamente, os esforços de aproximação, o Presidente passou a palavra à Delegação Portuguesa. O Ernâni agradeceu e, sem olhar para o documento, mas olhando, fixamente, para o Sr. Andreotti que estava à sua frente, disse qualquer coisa do género: “*Sr. Presidente, a reacção definitiva da Delegação Portuguesa à proposta que hoje nos foi apresentada, é a de que a mesma é totalmente inaceitável e inegociável, quer no todo, quer nas partes*”.

A estupefação na sala foi generalizada e começaram todos a olhar uns para os outros. O Presidente tentou várias vezes reabrir o diálogo, mas o nosso amigo Ernâni mantinha-se firme e apenas repetia, monocordicamente, aquela mesma frase. O impasse, o frio e o silêncio ensurdecedor eram difíceis de sustentar, mas o Ernâni punha uma cara de pau e mantinha firme o olhar.

Após minutos que pareceram horas, o Presidente suspendeu a reunião.

A Delegação Portuguesa foi esperar para a sua sala e passados poucos minutos e, apesar do adiantado da hora (era madrugada), Lisboa já sabia o que se tinha passado e quem comunicou (creio que o MNE francês) teria acrescentado que a Espanha iria encerrar as negociações e que Portugal corria o risco de “perder o comboio”. O Ernâni apenas dizia, mas enfaticamente, que não seria com a sua assinatura que se encerraria aquele dossier que nos fora proposto. Nessa noite não houve (felizmente) “champanhe”, o que viria a acontecer um mês depois já sem aquela “proposta indecente”.

Esta atitude firme daria mais tarde os seus frutos: não só Portugal assinou e aderiu na data prevista como, sobretudo, pode preservar as suas águas costeiras da frota espanhola durante um período de cinco a sete anos, período esse que deveria servir para nos prepararmos para a aplicação integral da “Política Comum das Pescas”.

Lisboa, 22 de Abril de 2011

António Marta  
15.º CFORN

## UM AMIGO ESTADISTA



Rui Chancerelle de Machete

O Ernâni Lopes tinha, como poucos, o sentido do serviço público e do dever de Estado. Para ele, o bem comum não constituía uma figura de retórica, mas um valor sério pelo qual pautava grande parte da sua vida e para cuja realização estava disposto a sacrificar-se. Provou-o, aliás, ao longo da sua existência.

Na escala axiológica por que se guiava, amar o seu país era uma das formas de amar a Deus. Não havia contradição entre esses dois deveres. Representava um dos elementos da síntese que sempre guiou a sua conduta.

Foi assim, logo no início, como docente do ISEG, regendo em tempos conturbados, cadeiras de economia, foi também assim no cumprimento do serviço militar obrigatório, na Marinha, onde nos conhecemos.

Foi sempre com espírito de servir que desempenhou funções no Gabinete de Estudos do Banco de Portugal. Um pouco mais tarde, pondo acima das comodidades da vida, a defesa dos interesses nacionais, como Embaixador, primeiro em Bona depois em Bruxelas, defendeu com competência e apaixonadamente os interesses de Portugal. As negociações que ultimaram o longo processo do ingresso de Portugal nas então Comunidades Económicas Europeias, que realizou por forma brilhante, atestam-no por forma insofismável.

Ficou talvez mais conhecido por ter sido Ministro das Finanças na Coligação PS/PSD, o chamado Bloco Central, e em que desempenhou papel determinante na ultrapassagem da crise financeira que então se viveu. Após essa parte mais pública da sua carreira, dedicou-se como Professor na Universidade Católica, a formar jovens que compreendessem o significado que revestiu para Portugal



Rui Chancerelle de Machete



Ernâni Rodrigues Lopes



Artur Santos Silva

ter-se tornado membro da União Europeia.

Mas, porventura o mais importante da sua vida, foi o exemplo que legou de coragem, de persistência e de coerência na realização dos valores que desde a juventude assumiu como os mais relevantes: Deus, o seu País e a sua Família. A forma simples e humilde como aceitou a doença e a combateu sem revoltas nem desânimos até onde pôde, constituiu para todos os seus amigos um exemplo magnífico de um ânimo forte e de uma personalidade sensível.

Pelas suas virtudes públicas e privadas, os seus amigos não o esquecem.

Lisboa, 3 de Junho de 2011

*Rui Chancerelle de Machete*  
7.º CEORN



O 7.º CEORN, com destaque de Ernâni Lopes (1), Artur Santos Silva (2) e Rui Machete (3)

## A FAMÍLIA: UM IMENSO MAR INTERIOR



*Abraão de Carvalho*

"Disciplina, Trabalho e Paixão, Tudo Vencem". Esta divisa escrita pelo Ernâni quando era ainda muito jovem estudante ficou na minha memória desde a altura em que o conheci, tinha eu quinze anos. Verifiquei a importância e o sentido dessa divisa durante cerca de cinquenta anos, período durante o qual o Ernâni se tornou numa espécie de meu irmão mais velho e referência para a vida. Fui seu aluno e assistente. Acompanhei-o desde os tempos em que ele, ainda estudante, vivia com os Pais e em que começou o namoro com a Isabel. Fui testemunha da admiração pelo sogro, o Professor Arsénio Cordeiro, como Mestre de erudição e sabedoria. Segui de

perto o crescimento dos filhos, a Sofia, a Maria e a Leonor, sou padrinho de um deles, o Francisco, e de uma neta, a Isabelinha.

Não se pode falar sobre o Ernâni ou um dos aspectos da sua vida, em particular a Família, sem uma referência àquilo que, no meu entender, eram os elementos estruturantes do seu pensamento. De facto, o que ele dizia (e fazia) era sempre, mas sempre, guiado por uma exigência de coerência com os princípios que ele próprio, num processo de aperfeiçoamento constante, foi buscando e construindo acerca da essência da vida.

A sua grande inteligência analítica levava-o a observar e explicar a multiplicidade dos aspectos da natureza humana e do funcionamento/articulação da economia e da sociedade. Mas a sua elevada sensibilidade emocional levava-o também a buscar o elemento unificador e que dava sentido a essa realidade múltipla e complexa: o Amor a Deus. Uma das originalidades, e também uma das grandezas do Ernâni, foi a forma única como combinou razão e fé, e sobretudo, a maneira como as integrou enquanto elementos orientadores da sua vida quotidiana. E, aqui, a Família tinha lugar de privilégio.

Como ele próprio dizia: amava a Deus amando profundamente a Isabel e amando-a, amava os seus filhos e netos, portadores dos valores familiares, por natureza intemporais. Para ele não havia maior alegria que o nascimento de cada neto e de os ter ao seu lado. Falar da Família era falar do mistério ou do milagre da Vida. E esta era a grande paixão do Ernâni.

Não admira que as celebrações ligadas à Família fossem os momentos escolhidos por ele para exaltar, de forma fervorosa, assumida e pública, a sua admiração e louvor pela Obra da Criação. E fazia-o partilhando esses momentos de felicidade (na sua própria expressão "Mimos de Deus") de uma forma excepcional, com aqueles que constituíam outro pilar básico do seu relacionamento: os Amigos e os Afilhados. Nessas alturas, deixava transbordar toda a carga emocional, generosa e mesmo romântica, a alegria de viver e o seu imenso calor humano, que eram contrapontos naturais às suas, também naturais, formas de vida ascética e austera.



Ernâni Lopes rodeado pela esposa, Isabel, e por todos os filhos e netos

Por outro lado, o Ernâni tinha o imperativo moral de pôr os seus dotes intelectuais ao serviço da sociedade/país em que se integrava e, assim, servir também Deus. Daí a sua exigência de excelência a ser prosseguida através do estudo e do trabalho aprofundados. Isto levava, por vezes, a difíceis compromissos para não afectar a Família. Coerente com o seu pensamento de privilegiar esta, o Ernâni, contra o seu desejo e vontade, não aceitou o convite para ser o nosso primeiro comissário europeu após a adesão.

Para ele, a música era a forma de arte por excelência e que, aliás, melhor se ajustava à sua personalidade, como meio de exaltar o espírito e de sentir o belo e o sublime, manifestações da harmonia e perfeição divinas. Não será por acaso que a Isabel empresta a sua bela voz a um coral, que a Maria sua filha, para além de médica, oferece-nos o encanto do seu enorme talento como solista e que todos os netos do Ernâni, desde muito pequenos, se deleitam a tocar um instrumento musical.

A sua generosidade e afectividade comunicavam-se, de imediato, e surpreendiam muito daqueles com quem dialogava, seres humanos membros de uma grande Família, a dos Filhos de Deus. Que outro sentido atribuir à decisão do Ernâni de pertencer a duas Irmandades, a da Nossa Senhora da Escada e a da Misericórdia e de São Roque, a não ser o de partilhar a simplicidade própria das coisas profundas?

A Família era o imenso mar interior, um mar feito de afectos onde navegava o espírito multifacetado, invulgarmente rico

e original dessa figura ímpar que era o Ernâni. É esse espírito e essa prática de vida que podem/devem servir de inspiração e de base de reflexão para todos nós, cada um à sua maneira, para serem transmitidos de geração em geração.

*Abraão de Carvalho*  
15.º CFORN

## ERNÂNI LOPES E O MAR



Nuno Vieira Matias

No passado dia 16 de Junho, o almirante Vieira Matias, antigo Chefe do Estado-Maior da Armada, e sócio honorário da Associação de Oficiais da Reserva Naval (AORN) proferiu, na Universidade Católica, em Lisboa, um discurso, que intitulou “**Ernâni Lopes e o Mar**”.

Dele transcrevemos a parte da sua intervenção sobre o papel desempenhado por Ernâni Lopes para o “desbravar” da argumentação, da teoria e da acção para edificar um novo conceito de aproveitamento das potencialidades do Mar Atlântico no incremento do país, quiçá, mesmo da União Europeia.

«Ao logo do nosso conhecimento, percebi que o Ernâni Lopes, era um homem de convicções fortes, alicerçadas num processo de raciocínio metódico, laborioso e inteligente, desprezando sempre entusiasmos ligeiros. Por isso, rejubilei quando, há cerca de sete anos, vi que, aos por si identificados quatro domínios de maior potencial estratégico da economia portuguesa – turismo, ambiente, serviços de valor acrescentado e cidades – adicionou um quinto: a economia do mar (sublinhando nosso).

Isso significava que tinha estudado o tema e que, racionalmente, o considerava, de facto, como um domínio de grande valor prospectivo para a economia nacional, apesar de ser, como costumava afirmar “o que está no ponto de partida mais baixo”.

Contudo, também sempre acrescentava como o fez, provavelmente na sua última entrevista (publicação CGD de Nov/Dez 2010), que “*O mar é o único domínio com carácter identitário... O mar não é só para tirar, extrair valor; é um elemento que nos define, que nos dá identidade*”.

E acrescentou ainda: “*Para Portugal a vocação Atlântica é o resultado do carácter identitário do mar. Em termos históricos, a vocação atlântica está no Atlântico Médio (polígono: Portugal Continental, Madeira, Açores, Brasil, Angola, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde): um espaço enorme que fala português.*”

*A vocação atlântica nasce aqui... A nossa vocação atlântica, do ponto de vista geopolítico, é onde vamos clarificar o futuro de Portugal ... se o não fizermos, Portugal não tem papel”.*

Foi a partir dessa visão abrangente sobre a importância do mar para Portugal que estruturou a ideia de um “cluster” da economia do mar, de que se vinha a falar no seio da AORN, fazia algum tempo. E foi nessa linha que, em 10 de Março de 2004, apresentou em conferência muito ansiada, no Palácio da Bolsa, no Porto, a logificação do “Hypercluster da economia do mar”.



*O Almirante Vieira Matias em conversa com actual Presidente da Câmara de Cascais, durante as “Jornadas para o Futuro” realizadas no Hotel Miragem em Cascais, com o Prof. Dr. Ernâni Lopes em primeiro plano, à direita*

Esta acção, veio a demonstrar-se, foi decisiva para o lançamento do processo de Hypercluster.

Começou por ser como que a faina de largada do navio da AORN, com o Ernâni ao leme (é assim que o tratamos na AORN), para uma rota que iria passar por outras sete cidades do Continente e uma nos Açores, deixando em cada uma delas o saber de distintos conferencistas. Constituiu este peregrinar uma actividade de cidadania voluntária em que, seguindo o lema da AORN, “*servimos sem esperar recompensa*”. Foram tratados temas diversos, como construção e reparação naval, pesca, aquacultura e transformação do pescado, recursos da margem profunda, portos e transporte marítimo, turismo e recreio náuticos, investigação científica do mar, segurança e defesa, etc.

Esta navegação teve continuidade na empresa SaeR, gerida pelo Prof. Ernâni Lopes, onde foi, sob a sua orientação, desenvolvido um estudo longo e profundo, com a participação de dezenas de especialistas, que conduziu à publicação da notável obra “O Hypercluster da Economia do Mar”.

Foram anos de labor até este nascimento da “menina dos seus olhos”, mas valeu a pena. O estudo veio preencher um vazio enorme no domínio do mar e constitui uma verdadeira carta de marear, com os rumos a seguir para o desenvolvimento de cada um dos sectores da economia do mar.

Felizmente que a sociedade civil, através da Associação Comercial de Lisboa o está a procurar pôr em prática, com a adesão, para já, de cerca de 80 empresas.

As sociedades civil e política honrarão a memória do Ernâni Lopes, marinheiro e português, se implantarem na prática as valiosas medidas ali preconizadas, recuperando a economia do mar.

Estes breves traços da vocação e actividade de Marinheiro do nosso saudoso Amigo apenas visam complementar a sua talvez mais conhecida actividade de distinto professor universitário, de brilhante economista, de político providencial, de diplomata notável e, sobretudo, de cidadão verdadeiramente exemplar, sempre apaixonado pelo seu País e pela sua Família.

O seu amor a Portugal e aos seus valores impressionava-me muito. Mas, sobretudo, pela visão que emanava desse forte sentimento.

Por isso, quando em 2007, fui, por solicitação de um grupo de bons portugueses incumbido de organizar o “14º Encontro Nacional de Combatentes” sob o lema “Homenagear os heróis do passado com o olhar no futuro” convidei o nosso saudoso Amigo para proferir a alocação aos milhares de combatentes e suas famílias que, no 10 de Junho, se juntaram no monumento aos nossos mortos, em Belém.

Proferiu uma comunicação notável, densamente rica de conceitos, em que quis “honrar o passado”, “lembrar os feitos”, “preservar a memória”, mas com a ideia, a perspectiva de longo prazo, fazendo sempre a ligação entre passado e futuro. Constituiu um apelo

constante para “encontrarmos os factos portadores de futuro e percorrermos vias de projecção afastando do nosso percurso colectivo a carga negativa da descrença e desânimo que vamos detectando na vida corrente actual” (10.Jun.2007).

Os Combatentes por Portugal, emocionados, ouviram-no terminar com o apelo: “Nós só seremos nós, quando formos além de nós”.

A vontade férrea, a inteligência, o saber e o amor a Portugal do Prof. Ernâni Lopes contribuíram, de forma determinante, para levantar, de novo, o nome do Mar Português, ou do Oceano Português, como mais gostava. Cabe-nos, aos que o apreciámos, dar continuidade ao seu esforço e trabalhar determinadamente numa afirmação de vontade colectiva por Portugal e pelo seu Oceano. Será a melhor forma de homenagearmos o Marinheiro que foi o Ernâni, repetindo agora o que já escrevi na \*Revista de Marinha\*.»

Nuno Vieira Matias  
Almirante (R)

## UMA ESPÉCIE DE TESTAMENTO POLÍTICO E NÃO SÓ



António Caseiro Marques

Em cima do seu falecimento, a última edição da revista da Caixa Azul, editada pela Caixa Geral de Depósitos, publicou uma entrevista com o Professor Ernâni Lopes, cuja leitura aconselho e de que deixo aqui algumas das partes mais significativas.

Intitulada “O guru da Nação” na entrevista fala-se da “frontalidade do que aprendeu depois de ter sentido a morte tão perto e da sua missão nacional.” Ao longo da entrevista fica a “visão de um português com vistas largas, com fé (com maiúsculas) na necessária articulação no espaço onde se fala português: Portugal, Europa, África e

Brasil. Por aqui passará, nas palavras do guru da economia nacional, o futuro de Portugal.”

Ernâni Lopes aconselhou a investir nos cinco domínios que para ele eram fundamentais: turismo, ambiente, cidades e desenvolvimento, serviços de valor acrescentado e o *hypercluster* do mar. Mas o Professor colocava o acento no “papel da cidade como gerador de riqueza e potenciador do desenvolvimento, o ponto de partida já lá está e arrasta todo o resto.”

O mar também é importante porque dele “não é só para tirar, extrair valor, é um elemento que nos define, que nos dá identidade.”

Em seguida, propõe o aumento da produtividade e o incremento das exportações.

Depois fala da nossa “vocaçã atlântica”, dizendo que “em termos históricos, a vocaçã atlântica está no Atlântico Médio (polígono: Portugal continental, Madeira, Açores, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo verde): um espaço enorme que fala português. A vocaçã atlântica nasce aqui. Depois, há outra dimensão, no contexto da NATO, que é a ligação com os Estados Unidos, mas que Portugal explora muito pouco. A nossa vocaçã atlântica, do ponto de vista geopolítico, é onde vamos clarificar o futuro de Portugal; no quadro da lusofonia, na relação entre Portugal, Europa, África e Brasil. Se não o fizermos, Portugal não tem papel.”

### O FACILITISMO ALASTRANTE

Critica em seguida o “facilitismo alastrante”, para acrescentar que considera “este facilitismo absolutamente inaceitável, como pai, avô - bisavô não chegarei lá. Há, por outro lado, uma incapacidade ou uma vontade colectiva de não transmitir exigência, conhecimento, disciplina e rigor.”

Sobre o ensino diz que “ensinar é dar-se. É dar-se a si próprio, é algo irrepitível. Esta noção é inseparável do acto de ensinar e aprender... Temos de valorizar os



Ernâni Lopes na sala de reuniões da SaeR

*professores de qualidade e que vivem a vida nesse acto de transmitir e de se darem e, ainda, de perceber que é a actividade mais nobre do ser humano. Importa referir que há muita gente boa em Portugal, mas que não se vê.”*

E sobre a forma como se fazem os negócios em Portugal, onde “vale tudo para enriquecer de qualquer maneira e depressa” à custa de golpes “ordinarecos”, Ernâni Lopes é peremptório: “Ninguém leva nem o que sabe nem o que tem. Já pensou nisso? Todos levaremos a consciência das acções que praticámos. Creio que alguns de nós, que temos a graça da fé (com maiúsculas), têm a felicidade de saber que nos iremos apresentar tal como somos face a Deus todo-poderoso e eterno. O eterno e o infinito são o que fica, naquilo que conta, que é o plano espiritual. Todo o resto não conta. Seria uma gigantesca gargalhada colocar algumas décadas de vida biológica em comparação directa com esse plano. Não me faça rir...” Desta forma respondeu a muitos que questionam a sua religiosidade.



*Ernâni Lopes com os livros da série “Portugal – Desafios nos Alvores do Séc. XXI”, do semanário Sol, cujos trabalhos coordenou*

E sobre a sua doença e a energia que, apesar disso, revela, esclarece que tem “uma visão muito distanciada - sobretudo, nos últimos dois anos - muito mais profunda da vida, pela única razão de que estive quase morto. A minha vida foi salva por uma das minhas filhas, quando percebeu que eu ia morrer e me levou para o IPO. Estive um mês e meio sem saber se morria, se ficava vivo. Hoje, olho para as coisas com um distanciamento e uma profundidade muito maiores. Sei desde há muitas décadas e verifico, permanentemente, que o homem é o único ser vivo que tem a capacidade de trabalhar conscientemente, porque os outros ou não trabalham ou trabalham por instinto: as abelhas, as formigas ou, forçado, o burro na nora ou na carroça. Nós trabalhamos conscientemente, uns com mais gosto, outros com menos. É inequívoco para mim que o homem com essa capacidade é

*o único ser vivo que pode colaborar na obra da criação. Sendo certo que esta obra não é um ponto de partida, é algo que se constrói ao longo do tempo. Quando trabalhamos, temos a consciência de que estamos a cooperar na obra da criação.”*

E para ele isto era o trivial da sua vida, segundo referiu a dado passo da mesma entrevista, uma vez que o “trabalho não é um peso, é um acto de dimensão espiritual absoluta, porque estamos a cooperar com Deus. Eu não preciso de mais nada. Basta olhar para o mundo e compreendê-lo.”

### UM HOMEM DE FÉ E UM CIDADÃO HONESTO

Humildemente, não se considera nem um guru, nem um profeta, mas “seguramente, um cidadão honesto que estuda e trabalha, um pai de família que ama Portugal.”

Na restante parte da entrevista Ernâni Lopes manifesta o seu entusiasmo com as obras que no âmbito da SaeR ainda estavam a ser preparadas para publicação brevemente. E termina dizendo que a definir um “desígnio” nacional ele seria o mar. “De entre os cinco domínios de potencial estratégico, o único que justifica a qualificação de «desígnio» é, para mim, o mar.” Embora afirmando que não estará cá para ver, disse que deu o seu esforço “para que Portugal saiba afirmar-se no plano internacional, que saiba articular a posição que tem na Europa com a posição no Atlântico e no mundo...É o maior desafio desta geração. Daqui decorre a afirmação e o desenvolvimento de Portugal.”

António Caseiro Marques  
21.º CFORN



Ernâni Lopes (1942-2010)

## UM PRÍNCIPE DE PORTUGAL



José Poças Esteves

Conheci o Ernâni (como era tratado, com um misto de grande respeito e grande carinho), como seu aluno no ISEG, em 1971, tendo, posteriormente desde 1988, tido o privilégio de trabalhar com ele, primeiro apoiando-o na constituição da SaeR (fruto da sua visão estratégica, inicialmente como Agência Rating e, posteriormente, como consultora em Prospectiva, Geopolítica e Estratégia) e uma das suas “meninas dos olhos” e, a partir de 2004, como seu sócio na SaeR e na Companhia Portuguesa de Rating.

Como acontecia com todos os que com ele lidavam, o Ernâni marcou-me. Quanto mais trabalhava com ele e melhor o conhecia, maior era a minha admiração profissional e pessoal por ele. E devo confessar que não me considero muito influenciável por personalidades!

Ernâni marcou-me a mim e a várias gerações de alunos e de colegas. Falar no Professor Ernâni Lopes é falar, para os economistas portugueses, numa grande referência.

Era, de facto, uma pessoa singular, um “fora de série”. Nunca alguém ficava indiferente perante o Ernâni, o seu saber, o seu rigor, a sua clarividência e a sua força.

Era um homem de causas. Sempre me admirou a sua capacidade para conjugar a Fé e a Razão. Amava Portugal e dizia-o!

Não foi por acaso que estive nos momentos mais marcantes da história recente da economia e da sociedade portuguesas: foi diplomata em Bona (com pouco mais de trinta anos num país fundamental para a construção europeia); foi o grande conceptualizador e executante da integração de Portugal na Europa (como Chefe de Missão, teve a responsabilidade pelo processo de integração de Portugal na CEE) e, por circunstâncias do destino, foi um dos assinantes do Tratado de Adesão, em 1986; foi, ainda, teorizador e professor de questões europeias e da economia portuguesa; como Ministro das Finanças, retirou Portugal da bancarrota, em 1983, e colocou Portugal na CEE, em 1986 (em três anos, o que revela as suas capacidades excepcionais de clarividência e liderança).



Encontro SaeR 2006 – “A Globalização Competitiva e a Resposta das Empresas”



Encontro SaeR 2008 – “Relações Portugal/Brasil. Novas Realidades/Novas Respostas”

Era extremamente rigoroso (nos tempos, nos conteúdos e nas comunicações) em tudo onde se envolvia. Era um pensador livre e independente. Adorava discutir, criar grupos de reflexão, era um bom ouvinte e, no final, era a opinião que ele formava e transmitia que passava a contar!

Era um homem corajoso: nunca notei qualquer situação que revelasse medo. Até perante a morte que enfrentou com enorme dignidade. A sua força, sobretudo moral era também singular: já em período em que estava muito doente e após sessões de quimioterapia extremamente desgastantes, chegava a dar conferências e aulas de quatro horas!

Como sócio, era como nenhum, pelas ideias, pelo trabalho e pela confiança. Um caso raro: na SaeR, por decisão dele como sócio maioritário, qualquer sócio-gerente podia tomar qualquer decisão, a qualquer nível. Tal era o nível da confiança!

Deixou muitas ideias para serem continuadas, desde os domínios com potencial estratégico para a economia portuguesa, a questão estratégica fundamental da Lusofonia e do triângulo Europa-África-Brasil, o Mar e a Economia do Mar como designios nacionais, etc... Deixou grupos de reflexão, desde a SaeR, aos Estudos Europeus na Universidade Católica, ao Círculo de Reflexão Lusófona, entre outros....

Dizia que só podia ter sido três coisas: soldado, monge ou professor. Eu sei que, por tudo o que foi e fez, foi, sim, um Príncipe de Portugal.

José Poças Esteves

## HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR ERNÂNI LOPES



O CALM Seabra de Melo, Comandante da Escola Naval, entrega lembranças na Sala da AORN

entanto, muito provavelmente, o ensinamento que ele gostaria de ter transmitido aos alunos da Escola Naval, nessa ocasião, centrar-se-iam em três temas por ele em muitas ocasiões referidos:

- O lema da AORN: “...e bem serviram sem cuidar recompensa”.
- As “receitas” do Ernâni: “Estudar, estudar, estudar. Trabalhar, trabalhar, trabalhar e trabalhar”.
- A via Útil para o Futuro:

Onde está	Pôr
Facilitismo	Exigência
Vulgaridade	Excelência
Moleza	Dureza
Golpada	Seriedade
Videirismo	Honra
Ignorância	Conhecimento
Mandriice	Trabalho
Aldrabice	Honestidade

drigues Lopes e da filha Maria Salazar, major médica na Força Aérea. Estiveram também presentes o Presidente e Vice-presidente da Direcção da AORN, respectivamente Comandante Joaquim Moreira e Dr. Mário Baptista.

No final, o Comandante da EN ofereceu um almoço aos participantes, seguindo-se uma visita à área da Estação Naval, dado o interesse manifestado pelos visitantes em conhecer os novos meios e instalações.

Colaboração da Escola Naval

O Professor Doutor Ernâni Lopes foi oficial da Reserva Naval entre 1964 e 1967, tendo pertencido ao 7.º CEORN (Curso Especial de Oficiais da Reserva Naval), classe de Administração Naval. Foi também membro fundador da AORN (Associação de Oficiais da Reserva Naval), tendo sido, desde sempre, o seu Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Demonstrando o profundo amor que sempre dedicou à Marinha e em especial à Escola Naval, o Professor Doutor Ernâni Lopes, talvez pressentindo que já não lhe restava muito tempo para transmitir às gerações mais novas os seus princípios e ideais, tinha agendado, a seu pedido, com o Comandante da Escola Naval, uma palestra ao Corpo de Alunos a ter lugar no final de Novembro último, subordinada ao título “Porque é que a Marinha é importante para Portugal”.

Infelizmente já não foi possível concretizar este seu desejo. No

O Professor Doutor Ernâni Lopes fazia parte, como já vinha sendo habitual, da Comissão de Honra das Jornadas do Mar 2010, organizadas pela Escola Naval.

Não tendo sido possível efectuar a entrega da lembrança que lhe era destinada na sua qualidade de membro da Comissão de Honra, na cerimónia de encerramento das Jornadas do Mar, devido ao seu estado de saúde já debilitado, resolveu a Escola Naval organizar uma singela homenagem a título póstumo, ao *camarada* Ernâni Lopes, como ele gostava de ser tratado.

Essa pequena homenagem, presidida pelo Comandante da Escola Naval, teve lugar na sala “Reserva Naval”, no passado dia 14 de Janeiro de 2011, tendo contado com a presença da esposa, Dr.ª Isabel Ro-



O almoço na camarinha do Comandante da EN

# CASIMIRO BARRETO (1958–2006)

## EM MEMÓRIA E HOMENAGEM PELA AORN\*



Ernâni Lopes

Tudo o que é importante diz-se em termos simples – e complicá-los é diminuir o que se pretende transmitir.

Assim com esta breve nota de memória e homenagem que, em meu nome pessoal e, sobretudo, em representação institucional da AORN, escrevo com o pensamento no Casimiro Barreto.

A sua morte não foi uma surpresa – mas, talvez por isso, foi mais sentida: sabíamos que poderia ocorrer, mas já nos habituáramos a que deveria estar bastante longe. É a permanente ilusão do ser humano face à vida, sobretudo no que ela contém do mistério da morte.

Em bom rigor, a razão da nossa percepção saía da própria convivência frequente com o Casimiro, acompanhando a evolução da sua doença e – sobretudo – apreciando o valor e o mérito da sua atitude perante a realidade existencial.

Aqueles de nós que com ele convivemos intensamente no planeamento das Jornadas de Economia do Mar assistimos, participámos, convivemos, comunicámos com o entusiasmo, o espírito de cooperação, a criatividade e o dinamismo do Casimiro, vendo e vivendo cada momento, cada projecto, cada decisão, cada acção com a alegria contida e o empenhamento transparente que só as almas sem malícia são capazes de ter. Mais do que simplesmente saudades, quanto respeito e que sentimento de que alguém está a fazer uma grande falta!

Relembrando estes anos de convívio e procurando deixar escrita uma memória para o futuro, sistematizo em 7 pontos a

minha avaliação, salientando que o Casimiro:

- viveu e compreendeu o mar, como poucos;
- teve uma lucidez perclara sobre as questões marítimas na economia portuguesa;
- deu a sua vida inteira à actividade marítima, como piloto, oficial da Marinha Mercante e da Reserva Naval, professor, gestor e consultor;
- viveu a camaradagem de modo exemplar;
- amou a AORN, a Marinha e Portugal como todos devemos amar;
- mostrou ânimo perante as adversidades e – sobretudo – sem dramatismos ou lamentos que apenas mostram fraqueza;
- e, no final (que é, precisamente, o começo da Vida) culminou tudo, depois de morto, com o exemplo que a todos deu (concretamente, na sua missa de

corpo presente) da vivência humana e espiritual da Família.

Todos os que participámos nas cerimónias fúnebres compreendemos quanto a Família o amou – e, por isso mesmo, quanto o ama, na dimensão eterna da espiritualidade.

Pode, com razão, dizer-se que a AORN ficou mais pobre com a sua morte – mas também é verdade que ficou mais rica com a sua memória. Creio, pessoalmente, que o Casimiro queria e gostaria que fosse assim.

A sua alma partiu para a Grande Viagem, ao encontro com o Criador. E as cinzas do seu corpo foram, com honra, entregues ao oceano pela Marinha de Guerra Portuguesa.

Ernâni Lopes

7.º CEORN

\* Texto escrito em 4 de Maio de 2006



Casimiro Rocha Barreto (48.º CFORN)

## DIA DA RESERVA NAVAL – 9 DE OUTUBRO DE 2010



O Presidente da Direcção da AORN e o capelão Licínio da Escola de Fuzileiros, durante a missa na Igreja da Memória

A Direcção da AORN, Associação dos Oficiais da Reserva Naval, promoveu, a 9 de Outubro passado, pelo segundo ano consecutivo, o DIA DA RESERVA NAVAL.

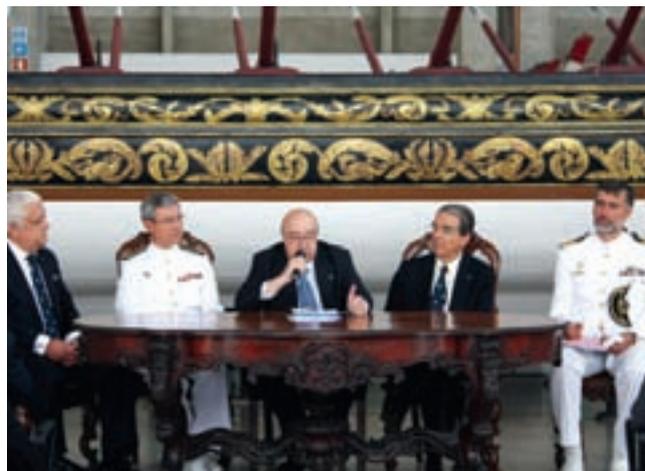
A Marinha, demonstrando, mais uma vez, o especial carinho que sempre teve pela AORN, honrou-nos com uma significativa presença de oficiais, encabeçados pelo VALM Vilas Boas Tavares, em representação de Sua Excelência, o Almirante CEMA.

Este ano as comemorações tiveram lugar em diferentes locais.

Após concentração às 09h00, junto ao Museu da Marinha, tiveram início pelas 09h30, com uma missa na Igreja da Memória, em homenagem aos camaradas já falecidos, celebrada pelo capelão Licínio da Escola de Fuzileiros.

Seguiu-se uma sessão solene que decorreu no bellissimo ambiente do Pavilhão das Galeotas, nas instalações do Museu da Marinha.

A Sessão Solene, dividida em três partes, começou com a Sessão de Abertura, presidida pelo camarada Alípio Dias, que proferiu algumas palavras alusivas ao acto, enfatizando a relação da Marinha com a Reserva Naval.



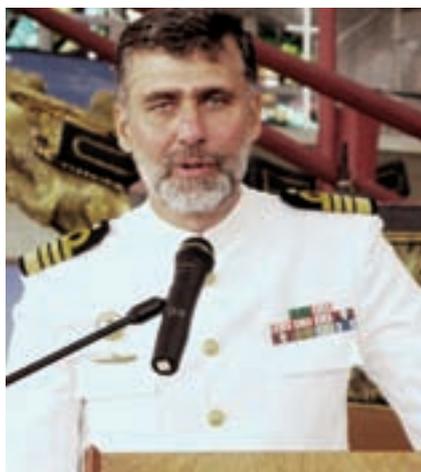
Alípio Dias, com o Vice-Almirante Vilas Boas Tavares e Joaquim Moreira (à esq.), Pedro Coelho e o Comandante Gouveia e Melo (à dir.)

A primeira parte foi preenchida pelo Comandante Gouveia e Melo (Comandante da Esquadilha de Submarinos), que fez uma excelente apresentação sobre o actualíssimo tema dos novos submarinos da Marinha.

No final da apresentação, houve lugar a uma animada discussão durante a qual os participantes tiveram oportunidade de colocar interessantes questões sobre o tema.



Alípio Dias na sua alocução, tendo a seu lado Pedro Coelho



Comandante Gouveia e Melo



Almirante Nuno Vieira Matias



José Guimarães

Seguidamente, o Presidente da Direcção da Associação, Joaquim Moreira, fez uma breve dissertação sobre o tema “O Futuro da AORN”, referindo em especial a alteração da alínea b) do art.º 5º do Estatutos, aprovada na Assembleia Geral de 18 de Setembro, e as diligências em curso para a criação de uma “Liga Naval”, no âmbito da AORN.

Por fim, teve lugar a cerimónia de homenagem aos nossos melhores, durante a qual foram homenageados os sócios:

- Ernâni Lopes – Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Joaquim Moreira



José Luís da Silva Dias



A entrega do “Golfinho de Ouro” à Dr.ª Cândida Almeida, em representação de Rodrigues Maximiano

- Alípio Dias – Presidente do Conselho Fiscal
- António Rodrigues Maximiano – Presidente da Direcção (a título póstumo)
- Nuno Vieira Matias – Sócio Honorário

A homenagem materializou-se na atribuição do “Golfinho de



A entrega do “Golfinho de Ouro” e respectiva salva ao Almirante Nuno Vieira Matias

Ouro” e respectivo diploma, assim como na entrega de uma salva de prata com uma referência ao lema da AORN “*E bem servir, sem cuidar recompensa*”.

Por motivo de doença, o camarada Ernâni Lopes fez-se representar pelo Mário Baptista. No passado dia 20 de Outubro, o Mário Baptista e o Joaquim Moreira deslocaram-se a sua casa para lho entregar pessoalmente.

O almoço-convívio teve lugar no Farol da Guia (no Guincho, Cascais), num ambiente fantástico junto ao mar, durante o qual houve ocasião para rever velhos amigos e relembrar as muitas histórias da Reserva Naval.

Durante o almoço, e antes de abrir o bolo comemorativo, Joaquim Moreira aproveitou a oportunidade para agradecer, na pessoa da Dr.ª Cândida Almeida (viúva do nosso camarada Rodrigues Maximiano), a presença de todas as senhoras.

Seguidamente saudou, os Oficiais de Marinha que nos honraram com a sua presença, e os camaradas da Reserva Naval, fazendo uma referência especial ao 3.º CEORN, que aproveitou este dia para comemorar os 50 anos do seu curso.

Antes de terminar, reservou-se uma pequena surpresa a todos camaradas presentes. Tinham à saída o n.º 18 da Revista da AORN.



A entrega do diploma do “Golfinho de Ouro” ao Almirante Nuno Vieira Matias



*O Farol da Guia*

Joaquim Moreira lembrou ainda o Ernâni Lopes e o que sobre ele escreveu no Editorial da Revista.

Foram atribuídas lembranças aos: VALM Vilas Boas Tavares (Director da Comissão Cultural), CMG Rodrigues Pereira (Director do Museu de Marinha), CFR Cerdeira Mendes (Director da Messe de Cascais) e CMG Gouveia e Melo

(Comandante da Esquadilha de Submarinos e Orador na sessão solene).

As comemorações terminaram cerca das 17h00, com o regresso em autocarro ao Museu de Marinha, local da sessão solene e ponto de encontro.



*O convívio, durante o almoço*

# TERÁ A GUERRA FRIA MORRIDO EM LISBOA?



André Cunha

A cimeira da NATO, de que o nosso país foi participante e anfitrião em Novembro de 2010, significou uma notável e importante inversão estratégica da política desta aliança militar. De entre as novidades que este encontro de líderes produziu destaca-se obviamente o declarado intento de uma aproximação à Rússia, Estado que, na sua anterior encarnação soviética, constituía uma ameaça que em grande parte justificou a seu tempo o surgimento da própria NATO. Efectivamente a desconfiança em relação à URSS foi um dos maiores fundamentos, senão o maior, que em plena Guerra Fria motivaram a génese da organização em questão. Foi de facto em grande medida para efeitos de defesa face ao perigo comunista que se deu a convergência dos países fundadores da Aliança. No entanto, há meses, em Lisboa, ter-se-á colocado uma definitiva pedra sobre este antagonismo, florescendo agora um desejo recíproco de cooperação. Longe vão assim os tempos em que o planeta bipolarizado tinha na Cortina de Ferro a sua decisiva fronteira – hoje em dia, aos olhos ocidentais, os russos deixaram decididamente de ser o tenebroso “Império do Mal” com que Ronald Reagan fazia tremer os seus concidadãos, e passaram a ser parceiros privilegiados no combate a novos inimigos. Para o mundo moderno, a II Guerra Mundial sobre cujos escombros a NATO nasceu pouco mais é do que uma miragem, um pesadelo sangrento já difuso pela passagem dos anos; os vilões enfrentados pelas democracias do Ocidente de hoje pouco têm que ver com os de então. Nos nossos dias, o perigo não provém da guerra na sua versão convencional, mas sim de ciberataques, ameaças ambientais, ataques a rotas de comunicação, tráfico e, talvez acima de tudo, neste mundo pós-11 de

Setembro, do terrorismo: não se receia a ambição expansionista de um qualquer Estado vizinho tanto como o sujeito de aspecto duvidoso que está sentado ao nosso lado no avião. Destas novas frentes de combate considera o CFR Nuno Sardinha Monteiro que só os ciberataques não têm “uma forte dimensão marítima”, razão pela qual a cimeira reconheceu a segurança dos mares como prioritária para que se assegure a segurança colectiva. A esta mudança de paradigma teve necessariamente a NATO de se adaptar, sob pena de se tornar obsoleta.

A reconciliação com a Rússia enquadra-se naturalmente nesta alteração conjuntural sob dois ângulos: não só este Estado deixou de ser, a partir da queda do Muro de Berlim, e da implosão soviética patrocinada por Reagan e Gorbachev, o arqui-rival do mundo ocidental e democrático que a NATO sempre representou, como detém uma posição muito favorável para auxiliar no combate aos novos inimigos enfrentados pela aliança: a pacificação do Afeganistão, de onde a NATO se retirará em 2014, e que é ainda um viveiro de terroristas e extremistas, foi um dos temas mais discutidos da cimeira de Lisboa, e a Rússia é vista pela sua situação geográfica e capacidade de influir na região como um aliado fundamental. Ironicamente, o membro da NATO mais favorável ao contraterorismo activo fora do território da aliança é precisamente a América (os europeus preconizam a este respeito uma política mais contida), que assim vê na sua antiga némesis um associado muito importante.

Menos assumido na cimeira – a não ser por Nicolas Sarkozy, que afirmou não reacear chamar “os bois pelos nomes” – é o receio que desperta junto da NATO o Irão, cuja ameaça motivará o desenvolvimento de um sistema antimíssil que ocorrerá em sintonia com a Rússia.

É evidente que Medvedev não irá colaborar com a NATO a troco de nada, e provavelmente o preço a pagar pela Aliança será o refrear da tendência de alargamento da NATO para Leste, que é vista por Moscovo como perigosa para a sua influência nesse espaço; a Rússia considera aliás que a aproximação da Geórgia à NATO contribuiu significativamente para o rebotar do conflito entre os dois países em 2008.

Pode revelar-se difícil reconhecer na NATO de Obama, Rasmussen, de Merkel, de Sarkozy e de Sócrates, que estende a mão a Medvedev, aquela outra aliança que foi gerada há décadas tendo por mote “manter os russos fora, os americanos dentro, e os alemães em baixo”; mas a verdade, é que o seu princípio basililar manteve-se até hoje inalterado: assegurar a defesa concertada de qualquer um dos seus membros que tenha sido ou esteja sendo vítima de uma agressão armada – aquilo que se alterou foi sim a natureza da ameaça que paira sobre a Aliança.

Se a Guerra Fria está realmente enterrada, e foi inaugurado um novo ciclo duradouro de colaboração entre forças que em tempo foram inimigas, e cuja guerra se travou em tabuleiros um pouco por todo o Globo, talvez seja prematuro dizer.

O que parece claro é que qualquer perverção futura das boas intenções transmitidas pela Cimeira de Lisboa não deixará de ser vista como um retrocesso.

André Cunha  
Jornalista e colaborador  
da Revista da AORN



# ASSEMBLEIA GERAL DA AORN

7 DE MAIO DE 2011

No passado dia 7 de Maio de 2011, os Sócios da AORN - Associação dos Oficiais da Reserva Naval reuniram em Assembleia Geral Ordinária, no Auditório da Academia de Marinha, sito nas Instalações Centrais do Ministério da Marinha.

A Assembleia foi dirigida pelo Presidente da Mesa, o nosso camarada Alfredo Lemos Damião, tendo exercido as funções de Secretário Jorge Moura Teles. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de cumprimentar os presentes, informou ter tomado a decisão de esta ser a primeira e última Assembleia Geral a que preside, considerando ser para si honroso continuar membro da AORN. Recordou Ernâni Lopes, como o melhor representante do Espírito da Reserva Naval e pediu um minuto de silêncio em sua memória, com todos os associados de pé.

Lida a Ordem de Trabalhos, seguiram-se os debates, integrantes dos pontos em agenda:

O Relatório de Actividades do ano 2010, foi aprovado com 48 votos a favor e 4 abstenções.

O Balanço e as Contas do exercício de 2010 foi aprovado com 50 votos a favor e 2 abstenções.



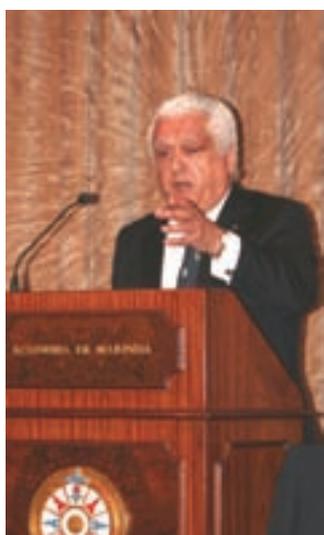
A Mesa da Assembleia Geral, com o pormenor destacado do minuto de silêncio em memória de Ernâni Lopes

Seguiram-se as eleições para a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Direcção, e ainda para os Membros Eleitos do Conselho de Fundadores, para o biénio 2010-2012.

Depois, no ponto Diversos, o Presidente da Mesa deu a palavra a vários intervenientes, de que se destaca a intervenção do Castro Moreira, que apresentou dois documentos: “Recomendação do Conselho de Fundadores de 30 de Abril de 2011” e “Justificação das Recomendações” que foram anexos à Acta desta Assembleia Geral.

Acabadas as intervenções o Presidente da Mesa deu cumprimento à investidura dos novos Corpos Sociais. Todos os documentos podem ser consultados na sede ou no site da AORN.

Destaca-se a proposta, que a Direcção apresentou à Assembleia Geral, de Novo Sócio Honorário - Almirante Fernando Melo Gomes, que foi aprovada por unanimidade e aclamação e que se transcreve:



Joaquim Moreira



António Castro Moreira



Manuel Moreira da Silva



Tânia Alexandre



Aspecto da assistência à Assembleia Geral da AORN

Português, entre 1997 e 1999, comandou diversos exercícios no mar, bem como uma operação real de evacuação de civis na Guiné-Bissau, em 1998, durante a qual foram resgatados 1237 cidadãos de 33 nacionalidades. Em 1999, comandou a EUROMARFOR.

Comandou a STANAVFORLANT entre Março de 2001 e Abril de 2002, tendo a força sido empregue, pela primeira vez, ao abrigo do artigo V do Tratado de Washington. Em Junho de 2002, foi nomeado 2.º Comandante Naval e Comandante da Flotilha. Entre Abril de 2004 e Novembro de 2005, exerceu o cargo de 2.º Comandante do Comando Aliado Conjunto de Lisboa.

Em 28 de Novembro de 2005 foi promovido a Almirante e tomou posse como Chefe do Estado-Maior da Armada, cargo que desempenhou até 28 de Novembro de 2010.

O Almirante Melo Gomes foi agraciado com diversas condecorações, entre as quais sete Medalhas Militares de Serviços Distintos (duas de ouro), a Medalha de Mérito Militar, a Cruz Naval e a Medalha Comemorativa das Campanhas (Guiné).

Possui outras condecorações de diversas nações.

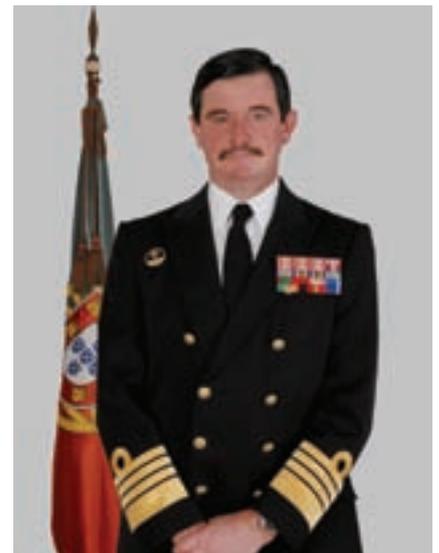
Foi como Chefe do Estado-Maior da Armada, cargo que exerceu entre os finais de 2005 e 2010, que tivemos o privilégio de privar com tão distinto oficial e que sempre apoiou, directa ou através dos seus colaboradores mais próximos, todas as iniciativas para as quais foi convidado, e em particular em termos de apoios logísticos relevantes, tendo demonstrado um espírito de comunhão com os princípios da AORN e com a contribuição da Reserva Naval para o desempenho da Marinha de Guerra Portuguesa, que nos obriga, mais do que a agradecer, a registar e a enaltecer.

Destacamos a sua participação no Dia da AORN em Vila Franca em 2007, as comemorações dos 50 anos da Reserva Naval em Aveiro em 2008, as comemorações do Dia da Reserva Naval na Escola Naval em 2009 e no Museu de Marinha-Farol da Guia em 2010.

«O Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes ingressou na Escola Naval em 1965. Especializado em comunicações, embarcou em diversos navios e comandou dois draga-minas, uma corveta e a fragata “Corte-Real”. Participou em exercícios nacionais e internacionais e em quatro integrações na Força Naval Permanente do Atlântico da NATO (STANAVFORLANT), incluindo duas operações: Sharp Guard, onde acumulou funções de “flag-captain” e Active Endeavour, como Comandante da Força.

Em terra, serviu no Ultramar, na Guiné, no Centro de Instrução de Tática Naval, no Estado-Maior da Armada, na Casa Militar da Presidência da República e no Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada.

Como Comandante do Grupo-Tarefa



Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes



Aspectos da assistência à Assembleia Geral da AORN



Próximo do fim das hostilidades



Á difícil tarefa de corte do bolo

Destacamos ainda a mobilização dos oficiais de Marinha, para participarem nas Jornadas de Economia do Mar e em particular a sua participação com mais dois oficiais-gerais de Marinha, na Jornada sobre "Segurança e Defesa na Economia do Mar" em 2007, em Setúbal.

Merece também destaque a grande mobilização das mais altas patentes da Marinha para a última Jornada da Economia do Mar, realizada no passado dia 24 de Março de 2009 em Cascais, cuja participação valorizou em muito o evento e que foi muito apreciado por todos nós e em particular pelo nosso saudoso e muito querido camarada Ernâni Lopes.

Na sua carta de apresentação de cumprimentos de despedida, depois dos agradecimentos "pela prestimosa colaboração e consideração com que fui distinguido", evoca o novo CEMA, ainda a propósito da AORN e diz que "assegurar a continuidade e o desenvolvimento do salutar espírito de cooperação". Termina com uma frase, escrita pelo seu próprio punho, que transcrevo e destaco: "**com cordiais saudações faço votos de Bons Mares e ventos de feição para a nossa AORN**".»

Com a admissão do Almirante Melo Gomes, a AORN passa a contar com um sócio de Mérito e sete sócios Honorários.

Todos os documentos sobre a Assembleia Geral, onde foi eleito José Luís da Cruz Vilaça como Presidente da Mesa da AG, tendo sido reeleitos Joaquim Moreira como Presidente da Direcção e Alípio Dias como Presidente do Conselho Fiscal, podem ser consultados na Sede ou no Site da AORN.

### SÓCIO DE MÉRITO

CALM Joaquim Espadinha Galo

### SÓCIOS HONORÁRIOS

(Por ordem de número de sócio)

ALM João Ribeiro Pacheco

Comandante Adelino Rodrigues da Costa

Comandante Manuel Pinto Machado

ALM Nuno Vieira Matias

ALM Rui Vidal Abreu

VALM António Rebelo Duarte

ALM Fernando Melo Gomes



Momentos do convívio que se seguiu à Assembleia Geral da AORN

## DIA DA AORN – 16.º ANIVERSÁRIO



A mesa de honra, durante as alocações de Joaquim Moreira e do Dr. Teles Martins

Em cerimónia presidida pelo VALM Vilas Boas Tavares, Director da Comissão Cultural de Marinha, em representação do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, comemorou-se, no passado dia 14 de Julho, no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, o 16.º aniversário da AORN.

Para além do presidente, a mesa de honra era composta pelos CALM Bossa Dionísio, Director do Museu de Marinha, Dr. José Luís Cruz Vilaça, Presidente da Assembleia-Geral da AORN, Comandante Joaquim Moreira, Presidente da Direcção da AORN, Comandante Adelino Rodrigues da Costa e Eng. Manuel Lema Santos.

Abrindo a sessão, o VALM Vilas Boas Tavares dirigiu cumprimentos aos convidados, civis e militares, presentes, saudou a AORN pela passagem do 16.º aniversário da sua criação e felicitou José Luís Vilaça pela eleição como Presidente da Assembleia Geral da Associação, tendo aproveitado para, a tal propósito, evocar a figura do seu distinto e saudoso antecessor, Professor Doutor Ernâni Lopes.

Prosseguindo na sua intervenção e, como testemunho pessoal, lembrou o convívio que manteve com a Reserva Naval desde 1966, aproveitando para afirmar: *“Sempre tive a oportunidade de bem sentir a sua presença, numa proximidade natural e mutuamente útil, como camaradas de armas, bem como de seguir com atenção e apreciar, com respeito e admiração, o valioso (e indispensável) contributo que os oficiais da Reserva Naval deram à Marinha e ao País, na guerra e na paz, no mar e em terra, nas unidades operacionais, nos comandos e nos organismos de natureza técnica”*.

Ele concluiu referindo que os oficiais da Reserva Naval e membros da AORN têm e podem ter na actualidade um papel tão ou mais importante para a Marinha do que aquele que, muitíssimo bem, desempenharam enquanto na prestação do serviço militar.

De acordo com o programa, passou a abordar-se o tema “A AORN e o Futuro”, tendo usado da, da palavra José Luís Vilaça que enalteceu a presença institucional da Marinha no evento, que considerou particularmente gratificante e significativa.



Adelino Rodrigues da Costa



Manuel Lema Santos

Falou depois, em pormenor, sobre os fins estatutários da AORN, colocando em relevo *“a elevação das qualidades cívicas e culturais dos seus membros e a intervenção cultural e científica, em especial no campo da História e Artes Náuticas, além de outros domínios, e bem assim a promoção de actividades sociais, culturais e desportivas, orientadas preferencialmente para os descendentes dos associados”*.

Antes de terminar, José Luís Vilaça deu ainda as boas-vindas aos novos sócios da AORN e recordou com sentida emoção Ernâni Lopes, seu colega de docência na



Panorâmica dos participantes no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha

Universidade Católica, de quem disse, nomeadamente: *“com ele partilhei, há 30 anos, as duras penas das negociações de adesão à CEE, desígnio que tínhamos em comum porque entendíamos corresponder a outro dos imperativos de afirmação de Portugal no mundo como Nação independente, livre, moderna, democrática e desenvolvida. Faço votos por que as sombras do presente não ponham em causa a persistência e a força desse desígnio”*.

Coube a Joaquim Moreira a intervenção seguinte, igualmente sob o tema “A AORN e o Futuro”, tendo o Presidente da Direcção da Associação citado o discurso proferido, em 1959, pelo então Director da Escola Naval, Comodoro Manoel Sarmiento Rodrigues, a propósito do Juramento de Bandeira do 1.º Curso da Reserva Naval, o qual considerou premonitório da criação da AORN, pela circunstância daquele distinto oficial, ter apelado naquela ocasião, aos ainda cadetes RN, que soubessem ajudar a reivindicar para a Marinha o lugar que lhe devia pertencer.



Antonieta e Marta, de costas em primeiro plano, na mesa de apoio do Secretariado da AORN

Referindo-se ao empenho e entusiasmo dos criadores da AORN, Joaquim Moreira citou ainda Ernâni Lopes, nomeadamente quando destacou o papel de interface da associação entre as Forças Armadas e a Sociedade Civil, não tendo dúvidas de que a AORN ficaria reforçada e reafirmada ao buscar formas de projecção para o futuro.

E terminou deixando aos presentes uma mensagem de esperança, mas também de confiança, expressa através das palavras: *“Enquanto for preciso defender a Marinha, Portugal e o Mar, a AORN não vai acabar”*.

Após esta alocução teve lugar o acto de admissão dos novos sócios da AORN, CALM Goulart Porto, CALM Silva Roque, CALM Teles Martins, Engº Francisco Oliveira Martins e Dr. Carlos Correia da Fonseca.

O CALM Teles Martins usou da palavra em nome dos admitidos, começando por evocar o início da sua carreira como médico na Reserva Naval, o que lhe permitiu ter conhecido a Marinha. E, acrescentou que, sem conhecer a Marinha não seria a mesma pessoa, nem teria tido oportunidade de idealizar, desenvolver e concretizar, até ao patamar desejado, uma carreira clínica, académica e militar.

E, a concluir, afirmou: *“Por tudo isto perceberão o que significa para mim ser sócio e membro do pleno direito da AORN. Foi dolorosa e imposta a minha entrada na Reserva Naval, é voluntário e desejado o meu retorno à Reserva Naval. Tentarei ser digno desta nossa associação e tudo farei para o seu engrandecimento”*.

Deu-se então início à apresentação da obra *“Anuário da Reserva Naval, 1976–1992”*, da autoria de Manuel Lema Santos. Após um breve intróito de Joaquim Moreira, esta apresentação esteve a cargo do Comandante Adelino Rodrigues da Costa, ele próprio um dos autores de *“O Anuário da Reserva Naval, 1958–1975”*.



*A assinatura dos novos Sócios*

Referindo-se ao autor da obra em termos elogiosos, sublinhou a ligação, muito próxima, que manteve com a Reserva Naval, quer por ter sido, entre 1968 e 1974, instrutor de sete CFORN's – Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, quer por ter reencontrado alguns desses seus alunos, em diversas situações de campanha, em Moçambique ou na Guiné.

Tendo depois prestado homenagem aos falecidos dirigentes da AORN Rodrigues Maximiano e Ernâni Lopes, o Comandante Rodrigues da Costa referiu também que *“esta edição do Anuário vem revelar-nos uma nova visão do que foi a Reserva Naval e é um notável contributo para a preservação da sua memória histórica e da sua relação com a Marinha”*.

Em seguida, falou o autor da obra que, após descrever alguns aspectos do ser humano, do profissional e do marinheiro que nunca deixou de ser, destacou alguns pormenores que levaram à concretização deste trabalho e que, pela sua relevância, se transcrevem:

*“Consciente de que poderia impulsionar a divulgação de memórias da Reserva Naval, abalancei-me em 2006 na construção de um blogue com abordagens simples de múltiplos temas.*

*Os primeiros 25 Cursos da Reserva Naval, a nossa presença em Moçambique, especialmente no Lago Niassa – Base Naval de Metangula, Angola, Guiné, Lanchas de Fiscalização Pequenas, Fuzileiros, LFG's, LDG's, LDM's, LDP's e tantos outros, têm sido e vão continuar a ser alvo de publicações, sendo apenas parte do painel de Unidades e Serviços em que prestou serviço na Marinha a sua Reserva Naval.*

*Já no decorrer de 2008, empreendi novo projecto, o agora apresentado “Anuário da Reserva Naval, 1976–1992” que, volvidos dois anos de pesquisa, compilação e completadas as restantes fases de edição e impressão, acaba por ver a luz do dia com o indispensável apoio da AORN como editora.*

*Termino com o agradecimento à Marinha que acolheu a apresentação desta edição, à AORN – Associação dos Oficiais da*



*Manuel Lema Santos na sessão de autógrafos do “Anuário da Reserva Naval, 1976–1992”, cuja capa se reproduz abaixo*

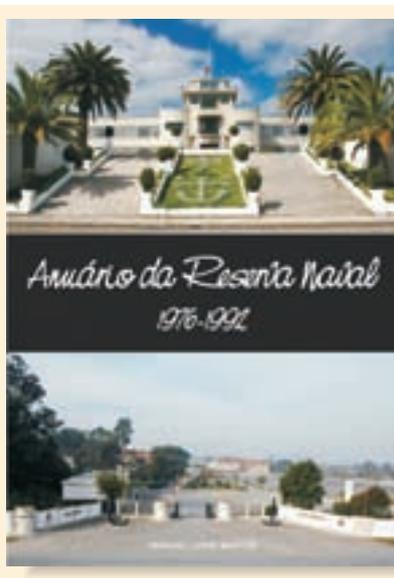
*Reserva Naval, sem a qual não teria sido possível a produção final e a todas as entidades ou personalidades que, directa ou indirectamente, participaram com documentação e conselhos.*

*Permitam-me ainda um cumprimento especial aos Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, autores de “O Anuário da Reserva Naval, 1958–1975”, cujo percurso obviamente me guiou e inspirou, bem como uma referência particular à Maria João, minha mulher, na qual sempre encontrei a coragem e o apoio, pessoal e profissional, para prosseguir, mesmo em momentos de desânimo.”*

Com estas sentidas palavras de Manuel Lema Santos, autor do “Anuário da Reserva Naval, 1976–1992” foram encerrados os trabalhos.

Finalmente, foi proporcionado aos participantes um “Porto de Honra” com degustação servida pela Messe de Cascais, e com vinhos da lavra de dois camaradas nossos, o Espumante das Adegas “Luís Pato” e um Porto “Vista Alegre” das adegas do José Carlos da Cunha Barros.

SL/AF



#### Características da Edição:

- Formato: A4
- 116 páginas
- 78 Cursos (CFORN's)
- 1.885 Oficiais da Reserva Naval
- Escola Naval – 41 Cursos
- Escola de Fuzileiros – 37 Cursos
- Introdução e Evolução dos Cursos
- Evolução dos Cursos 1976–1992
- Síntese Legislativa
- Listagem de cada um dos Cursos
- Informações Adicionais
- Dispositivo Naval 1976–1992
- Bibliografia

Custo: 10 €



## DR. PAULO HENRIQUES LOWNDES MARQUES (1941-2011)



Faleceu no passado dia 1 de Janeiro de 2011, vítima de doença prolongada, Paulo Henriques Lowndes Marques do 8.º CEORN - Cursos Especial de Oficiais da Reserva Naval. Ingressou na Escola Naval em 9 de Outubro de 1965 e foi promovido a oficial em 29 de Abril de 1966.

Integrado na Companhia de Fuzileiros n.º 10 foi destacado para Angola onde, durante dois anos, cumpriu diversas missões no comando do 2.º Pelotão em Postos de Vigilância dos então Comandos de Defesa Marítima do Zaire (Quissanga, Puelo, Pedra do Feitiço e Macala) e ainda Cabinda (Massabi).

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, Paulo Lowndes Marques foi membro da Ordem dos Advogados Portugueses, em Londres, da Ordem dos Advogados Britânica (Law Society) e ainda do International Bar Association. Com frequência, devido à sua ex-

periência diplomática, foi comentador convidado de assuntos internacionais pela RTP.

Juntamente com Diogo Freitas do Amaral foi fundador do CDS. Eram ambos amigos próximos de Adelino Amaro da Costa e todos eles foram Oficiais da Reserva Naval da Marinha de Guerra sendo que, enquanto Paulo Lowndes Marques pertenceu ao 8.º CEORN (1965), Diogo Pinto de Freitas do Amaral e Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa pertenceram ambos à classe de Técnicos Especialistas do 11.º CFORN (1967).

Paulo Lowndes Marques faleceu aos 69 anos e, segundo Diogo Freitas do Amaral, "morreu de pé", numa referência aos compromissos que cumpriu até ao último momento. Diogo Freitas do Amaral destacou a grande cultura e conhecimento da história e diplomacia que Paulo Lowndes Marques tinha. "Nunca quis altos cargos partidários", disse, sublinhando que foi "o principal representante" do CDS nas relações internacionais do partido.

Paulo Lowndes Marques foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros num dos governos de Francisco Pinto Balsemão quando Vasco Futscher era Ministro dos Negócios Estrangeiros. Enquanto Freitas do Amaral foi presidente da União Europeia das Democracias Cristãs, em Bruxelas, Paulo Lowndes Marques foi secretário geral adjunto, entre 1981 e 1983.

Profissionalmente, foi administrador da SOPORCEL (uma sociedade de celulose e papel) representando a Arjo Wiggins Appleton p.l.c. do grupo da British American Tobacco, Director Jurídico Executivo no Departamento Internacional da Plessey Telecommunications Ltd. em Londres, Administrador da Plessey Automática Eléctrica, em Portugal, Secretário-geral da Cabinda Gulf Oil Company, Adjunto dos Serviços de Estrangeiros do Banco Pinto e Sotto Mayor, Conselheiro jurídico do Embaixador



Assinando o Livro de Honra da Escola Naval

Britânico, Membro da Comissão de Fiscalização do Teatro de São Carlos e Presidente da Assembleia-geral da Câmara de Comércio Luso-Britânica, da British Historical Society of Portugal, da World Monuments Fund, da Assembleia-geral da Associação Amigos de Monserrate, da Assembleia-geral da Associação Colégio de S. Julião Carcavelos (Colégio inglês de St. Julians), da Comissão Fiscal dos Amigos do Museu de Arte Antiga e da Comissão Fiscal da Fundação Mater Timor (construção de maternidades para Timor).

Além de muitos artigos e intervenções, publicou o livro "O Marquês de Soveral – Seu Tempo e Seu Modo", da Editorial Texto (Grupo Leya) em 2009, tendo recebido uma Menção Honrosa do Prémio Grémio Literário em 2010.



No decorrer de um almoço-convívio na Escola Naval

MLS / SL



## A RESERVA NAVAL EM MACAU

1968/1970

António Miranda da Rocha  
11º CFORN

Com este título, e com estas fotos, anunciámos na Revista n.º 18 a publicação de uma história que começa no longínquo ano de 1968, na longínqua Província Ultramarina de Macau.

No momento em que decidimos voltar ao assunto ainda não conseguimos obter os apoios que precisamos para que esta obra, pronta há quase um ano, se publique.

Pela sua importância para a História da Reserva Naval e da própria Marinha estamos convictos de que o iremos conseguir muito em breve.



## IN MEMORIAM...

### MARIA TERESA MARQUES (1938-2011)



«Meus caros,

Foi hoje a enterrar a Maria Teresa. Estive ontem no velório, onde encontrei o Belchior e onde sei que esteve também o Manel Lema Santos.

A Antonieta providenciou uma coroa de flores. Não sei se esteve alguém no funeral. Eu informei a família de que não poderia estar presente.

Agradeço a colaboração de quem mais conviveu com a Maria Teresa para se escrever um "In memoriam", que poderá vir a ser publicado na revista, sem prejuízo da divulgação da notícia no Site e no Blogue.

Um abraço,

Joaquim Moreira»

(Email datado de 10 de Julho de 2011)

A este pedido respondeu de imediato, quem mais e melhor conheceu a Maria Teresa, o Carlos Marques Pinto que a teve como colaboradora durante quase 40 anos.

«Caro Joaquim Moreira:

Não será atrevimento afirmar que, quem mais conviveu com a Maria Teresa, ao menos do ponto de vista profissional terei sido eu.

Foi minha colaboradora directa, de excelência, na ponte aérea Nova Lisboa (Huambo) - Lisboa, que coordenei, entre Julho e Novembro de 1975; foi minha Secretária no IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais) de que fui dirigente de topo, entre Fevereiro e Novembro de 1976; foi minha Secretária no Gabinete da Área de Sines, entre Outubro/Novembro de 1976 e 1980; foi secretária do Secretário de Estado da Administração Escolar, do Ministério da Educação e do Ensino Superior, de que eu fui Chefe de Gabinete, em 1981/1982, enfim fui eu que a sugeri para a AORN quando exerci os cargos de Vice-Presidente e de Presidente desta Associação.

Em conclusão: quase 40 anos de contactos profissionais e de Amizade...!

Se assim for entendido, pela Direcção da AORN prestar-lhe-ei, por escrito, a homenagem que não pude, fisicamente prestar-lhe e a que me sentia obrigado, perante mim próprio e perante Ela que estará provavelmente bem guardada pela Providência, porque era uma mulher de Força, de Valor e de Valores.

Um abraço amigo.

Marques Pinto»

# Há 20 anos a planear a reforma.

■ Mais de 300 mil Clientes investem em PPR BPI

Faça a sua simulação em [bancobpi.pt](http://bancobpi.pt)  
ou num Balcão ou Centro de Investimento BPI.

